



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 477 - DE 01 a 15 DE JUNHO DE 2014 - R\$ 3,00



**Cresce o descontentamento
entre os explorados.**

**Eclodem greves e manifestações.
Unificar as lutas sobre a base de
uma plataforma de reivindicações**

**Solidariedade internacional à luta
do magistério boliviano contra a
Lei anticientífica Siñani-Pérez**

Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

Cresce o descontentamento entre os explorados Eclodem greves e manifestações Unificar as lutas sobre a base de uma plataforma de reivindicações

As greves de motoristas e cobradores das empresas de ônibus em vários estados e cidades elevou a temperatura das greves nos grandes centros urbanos.

Em São Paulo, compareceu como disputa política entre duas frações da burocracia sindical. Muito se especulou sobre interesses particulares de proprietários de empresas e sobre o objetivo de “desgastar” a imagem do prefeito petista Haddad. É bem possível que as forças da burocracia sindical em choque desde as passadas eleições para a mudança da diretoria e as que atuam nos bastidores da política burguesa municipal e estadual (disputa entre PT e PSDB) estiveram presentes na súbita paralisação em São Paulo. Mas o fato marcante é que houve um amplo movimento de motoristas e cobradores em outras cidades circunvizinhas e também em outros estados que mostram as razões primárias das greves.

A alta do custo de vida vem generalizando o descontentamento entre as massas. O governo tem conseguido manter a inflação dentro da meta máxima de 6,5%. Já não se tem a esperança de retrocedê-la aos 4,5%. O cálculo da inflação é uma média. Camufla seu real impacto sobre a vida da maioria explorada. As greves e manifestações, porém, tornam visível a corrosão dos salários. Com o mesmo valor, compra-se menos.

A maioria dos trabalhadores ganha de menos de um a três salários mínimos. Milhões recebem um salário mínimo (R\$ 724,00). Grande parte do que os assalariados recebem é destinada para alimentação, aluguel, vestuário, transporte, saúde, educação, tarifas, etc. Não há gasto “supérfluo”.

No último período, mais precisamente o que cobriu os dois mandatos de Lula, a inflação foi contida e os salários tiveram uma pequena melhora, incluindo a chamada valorização do salário mínimo. Houve uma elevação do consumo, mais acentuado nas camadas que recebem de três ou mais salários mínimos. O assistencialismo do programa Bolsa Família, por sua vez, ajudou a alimentar a ilusão de que afinal os explorados no Brasil começavam a deixar para trás a miséria e a viver a redução da pobreza. Durou pouco.

A crise mundial aberta em 2008 passou a ditar as condições da retração econômica do País, assim como havia ditado as condições de crescimento que deram a Lula as facilidades de governabilidade. Evidentemente, as forças produtivas internas estavam prontas para avançarem depois de um difícil período que cobriu quase duas décadas (anos 80 e 90). Foram desbloqueadas com o impulso mundial.

O governo petista e a burguesia aproveitaram para politicamente amenizar os antagonismos de classe que se manifestaram no final do regime militar e ganharam projeção

sob o regime democrático. Observa-se que o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) interrompeu o processo de crise econômica atacando a fundo os empregos, os salários e o patrimônio público. A taxa de desemprego foi às alturas. Os ganhos assim puderam ser comprimidos. Isso explica por que os explorados passaram a odiar o governo do PSDB e se deslocaram para o PT.

Lula se deitou na cama arrumada por FHC. Dilma não teve a mesma sorte. Os desequilíbrios voltaram. Passaram a condicionar o curso dos acontecimentos econômicos e da luta de classes. Os assalariados, agora, podem ver com mais facilidade que a propaganda de inclusão social e de fim da miséria (Fome Zero, etc.) já não tem onde se escorar. Ou retomam as suas reivindicações e seus métodos de luta, ou voltarão a ser sacrificados como nos anos 80 e 90. Ou se libertam da política de conciliação de classes do PT e de sua burocracia sindical, bem como de toda direção colaboracionista, ou se sujeitarão aos ataques da burguesia.

No fundo das greves e manifestações que se multiplicam no País, está precisamente esta contradição. Objetivamente, as lutas crescentes, em setores distintos, expressam a ruptura do domínio imposto pela conciliação de classes. Subjetivamente, os explorados não contam com uma direção proletária que as unifique sobre a base de uma plataforma de reivindicações. Trata-se de uma contradição que apenas começa a se manifestar. Irá se desenvolver.

O Partido Operário Revolucionário deve atuar de acordo com a mudança de atitude dos explorados diante da crise e do curso da nova situação política. Necessita penetrar no proletariado e fortalecer sua intervenção nos setores combativos da pequena-burguesia, principalmente estudantil, para potencializar o programa da revolução social.

Está colocada a defesa da plataforma de reivindicações que expresse as necessidades de conjunto dos explorados e os métodos de luta que os unifiquem em uma só força contra os governos da burguesia.

1. Responder à miséria e pobreza com o salário mínimo vital;
2. Defender o valor dos salários com a escala móvel de reajuste;
3. Combater as demissões e o desemprego com a estabilidade, redução da jornada de trabalho sem reduzir os ganhos e escala móvel das horas de trabalho;
4. Unificar as lutas por salários, por emprego, por moradia, por saúde e por educação sobre a base das reivindicações que de fato defendam os oprimidos da exploração capitalista.

Ampliam as greves, paralisações, manifestações e bloqueios

O mês maio foi marcado por protestos de grevistas, sem-terra, sem-terra e indígenas. Quase que diariamente, as ruas das capitais foram ocupadas por manifestantes. O reajuste salarial motivou inúmeras greves. Os movimentos populares, por sua vez, exigiram moradias. Os estudantes e os oprimidos denunciaram os gastos exorbitantes da Copa do Mundo e precariedade da saúde, educação e transporte. Os sem-terra pediram urgência nos assentamentos e condições para a permanência. E os indígenas foram ao governo exigir as demarcações de terra.

As greves ganharam força entre os motoristas e cobradores da Grande São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, Teresina e Florianópolis. Boa parte delas surgiu em rechaço ao acordo miserável assinado pelas burocracias sindicais. Os piquetes de greve garantiram a massividade do movimento e a enorme disposição de arrancar melhores salários e condições de trabalho. A greve desse setor atinge os interesses dos capitalistas, o que obriga respostas imediatas por parte dos governantes e da patronal. Uma das armas usadas pelos patrões é a imprensa, que atua sobre a população despolitizada para justificar a repressão e a punição aos sindicatos. Conta para isso com a lei antigreve, um ataque ao direito de manifestação dos trabalhadores contra a exploração.

Os metalúrgicos da General Motors de São José dos Campos realizaram uma greve de 24 horas contra a proposta de produzir 265 mil automóveis nesse ano para receber um PLR de R\$ 9.700,00, bem abaixo dos anos anteriores. Reivindicam R\$24.000,00 e denunciam o Programa de Demissão Voluntária da montadora para cortar postos de trabalho.

Os operários da refinaria de Cubatão/SP estão há mais de 20 dias em greve. Exigem aumento salarial de 16% e denunciavam a violenta exploração sobre os terceirizados.

Outras greves e paralisações importantes têm sido a dos professores. Os trabalhadores da educação do município de

São Paulo estão há mais de um mês em greve, exigindo a incorporação imediata do reajuste salarial de 15,38% e combatendo a destruição de direitos. O prefeito Fernando Haddad/PT, até o momento, se recusou a negociar com os grevistas, adotando, assim, a mesma conduta dos governantes oficiais da burguesia. Os professores estaduais e municipais do Rio de Janeiro retomaram o movimento pela reposição salarial e contra as medidas que imprimem maior sucateamento do ensino e jornadas estafantes. Também levantaram os professores municipais de Belém e Goiânia. Nas universidades, os professores e funcionários da USP, UNICAMP e UNESP cruzaram os braços, exigindo melhores salários com apoio dos estudantes.

Os servidores municipais da saúde de São Paulo ganharam as ruas e se somam aos demais funcionários da cultura, do serviço funerário e engenheiros contra o descaso do prefeito petista e reclamam salário e melhores condições de trabalho. Os servidores da saúde do Rio de Janeiro denunciam os 14 anos sem reajuste e reivindicam 150% de aumento. Em Minas Gerais, os funcionários estaduais da saúde paralisaram pela redução da jornada de trabalho. Os servidores das universidades federais estão em greve há 2 meses, e outros setores do funcionalismo federal também aderiram.

Esses exemplos expressam o descontentamento dos explorados diante da elevação do custo de vida, do aumento da exploração do trabalho, da precarização dos serviços públicos, da falta de moradia, dos irrisórios assentamentos, da não demarcação de terras indígenas e diante dos gastos exorbitantes da Copa do Mundo. Uma parte das greves surgiu contra suas direções burocráticas, que assinaram acordos traidores com a patronal. Isso mostra que há uma vanguarda que lidera os movimentos grevistas, passando por cima da burocracia conciliadora. Esse é o temor do patronato e dos governantes, que necessitam de direções colaboracionistas.

Crise econômica atinge os empregos

Nos primeiros quatro meses do ano (janeiro a abril), houve uma redução de 16,5% de empregos formais em comparação ao mesmo período do ano passado. Nesse período, foram 549.064 e agora 458.145 empregos com carteira assinada. Se se compara com o mês de abril, a diminuição foi de 46,48%. Trata-se do pior resultado de abril desde 2009.

A indústria refletiu com maior força o peso da crise econômica e a diminuição do PIB nos últimos anos. O setor eliminou 69 mil postos de trabalho entre março e abril. Se se levar em conta abril de 2013, a perda foi de 73 mil postos. A Fiesp prevê mais 40 mil postos de trabalho sendo fechados, neste ano. Ainda mais: os operários das indústrias, entre eles os metalúrgicos das montadoras, enfrentam demissões, PDVs; lay off, férias coletivas e redução da jornada. O que mostra o quanto a crise vem atingindo esse setor econômico.

Outro setor que despencou foi o da construção civil. Criaram-se 75.725 vagas diante de 121.013, na comparação dos meses de janeiro a abril de 2014 e 2013. A tendência é de queda maior com a finalização das obras para a Copa do Mundo e a

redução dos empreendimentos imobiliários.

Os ramos que apresentaram dados positivos na contratação de trabalhadores, no quadrimestre, são o de serviços e agrícola. No entanto, são insignificantes. O exemplo é o setor de serviços, que abriu 295.932 empregos contra 265.272 na mesma época do ano passado. Nesse ramo, estão incluídos desde médicos até vendedores de lojas. O agrícola gerou 20.859, cerca de 5 mil a mais do que o mesmo período do ano passado.

Esses dados demonstram o quanto a economia do País está retraída e sem perspectiva de mudança positiva. O comércio mundial sofre as consequências do baixo crescimento das grandes potências, como os Estados Unidos, França, etc. e a desaceleração da China.

A crise econômica que explodiu em 2008 não foi contida com os planos dos países imperialistas. Se, no primeiro momento, estava concentrada nos Estados Unidos e Europa, agora, se espalha para os países semicoloniais. As medidas tomadas pelo governo Dilma para arrefecer seus efeitos no País em pouco tempo se mostraram esgotadas. E a saída dos capitalis-

tas se volta para a contenção das forças produtivas (redução da produção e corte de mão-de-obra). Ao mesmo tempo, forçam o governo petista a adotar medidas de redução de direitos trabalhistas, maior flexibilização do trabalho e de adoção de planos que desonerem ainda mais o custo da mão-de-obra.

A burocracia sindical se mostra impotente para reagir ao fechamento de postos de trabalho. O colaboracionismo com o governo e com os capitalistas a tornou refém das medidas antioperárias, que estão sendo adotadas nas montadoras e as que estão por vir. E a classe operária se encontra desorganizada para responder com luta coletiva a defesa dos empregos.

“Sistema de Proteção ao Emprego”, uma farsa da burocracia sindical

Diante da desaceleração da produção industrial, do retorno das demissões, das férias coletivas, do Banco de Horas e dos lay-offs, o Sindicato Metalúrgico do ABC pressiona o governo para que adote o “Sistema de Proteção ao Emprego”. Reivindica do governo Dilma Rousseff a mesma saída que vem sendo adotada nos países europeus, em particular na Alemanha, com a crise de 2008. Diz que a proposta conta com apoio das Confederações dos metalúrgicos, químicos, vestuário, alimentação e construção, todas vinculadas à CUT.

Qual a essência do “Sistema de Proteção ao Emprego”? Trata-se de um acordo envolvendo governo, empresários e trabalhadores, que implica redução salarial. Quando a indústria está em queda, os operários são afastados e recebem um salário reduzido, que será pago pelos patrões e pelo Estado. Para isso, o governo usaria o dinheiro do próprio trabalhador, retido no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Assim, receberiam um salário e ficariam à espera do crescimento industrial para retornar ao trabalho. Enquanto isso, fariam os tais cursos de “qualificação”.

Está aí a armadilha! Os capitalistas lucraram como nunca

Estado policial

Cresce a campanha contra as manifestações de rua e as greves que se projetam em mobilizações pelos centros urbanos. Depois das jornadas de junho de 2013, os grevistas e movimentos pela moradia viram que as lutas não podem ficar escondidas. Aquelas que são passivas, nascem derrotadas econômica e politicamente. Ganhar as ruas e se projetar para toda a população, eis uma medida de força que os movimentos estão experimentando.

As direções ainda estão conseguindo mantê-las fragmentadas e corporativas. É verdade que se apoiam no conservadorismo das camadas de classe média que têm protagonizado alguns dos embates. Conservadorismo esse alimentado pela própria política da burocracia sindical e pela influência da política burguesa. Mas há o imediatismo que assume a forma de corporativismo dos movimentos dos sem-teto. Neste caso, claramente imposto pelas direções profissionalizadas.

Ocorre que as manifestações isoladas pela política corporativa estão se deparando com uma polícia cada vez mais aparelhada e adestrada a combater as massas nas ruas. Os governos

Mas há um elemento fundamental: o descontentamento em todos os locais de trabalho. Não há trabalhador que não reclame da alta do custo de vida, dos salários baixos, das demissões e do aumento da exploração capitalista. A ausência de uma fração revolucionária no interior das fábricas dificulta o rompimento do operariado com a política da burocracia. No entanto, a revolta instintiva dos explorados se choca com as direções traidoras, destaca-se uma vanguarda combativa e abre caminho para ir se superando a crise de direção. Trata-se, portanto, de se propagandear e agitar amplamente as reivindicações gerais que unificam os trabalhadores em uma só força contra a burguesia e seu Estado.

nos momentos de bonança e, agora, ameaçam com as demissões em massa. O governo vem socorrê-los, como se fosse um benefício para os operários. A burocracia que despolitizou a luta dos operários contra o desemprego e a destruição de direitos, por sua vez, diante do descontentamento nas fábricas, quer que os trabalhadores aceitem a perda de salário. Não por acaso, as direções das Confederações cutistas pró-governo aplaudiram a iniciativa do maior sindicato metalúrgico do país.

Os operários não podem entrar nessa armadilha dos burocratas vendidos. É preciso defender os empregos com unhas e dentes. E o método só pode ser o da luta coletiva, que implica a paralisação das fábricas, manifestações unitárias e, portanto, a ação direta. As reivindicações que respondem às demissões são: estabilidade imediata a todos, fim das terceirizações efetivando os terceirizados e redução da jornada sem reduzir os salários. A bandeira que de fato defende o fim do desemprego no país é a escala móvel das horas de trabalho (divisão das horas nacionais utilizadas na produção entre todos aptos ao trabalho).

– federal e estaduais – se assombraram com a dimensão que tomaram as manifestações de junho de 2013. Por jurarem a democracia, têm evitado, por enquanto, autorizar a polícia a matar. A orientação é a de uso da violência controlada. Para isso, nos últimos anos, os governos se esmeraram em aparelhar seu braço armado com o que há de mais moderno ao combate às massas.

Os gastos com a segurança do capital aumentam sem cessar. Lula foi consequente com sua noção de democracia, de cidadania e de participação popular – criou a Força Nacional de Segurança Pública, que já se notabilizou por suas intervenções contra os explorados. O governador de São Paulo – consequente com seu reacionarismo – aparelhou a cavalaria, criou esquadrão ninja e municiou a tropa de choque com um estoque de balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo, fazendo inveja aos estados mais pobres da federação.

Os governos estão mostrando para a burguesia e para os explorados que estão se preparando para um choque bem maior entre o capital e o trabalho. Nisso não há diferença entre

o PT, PSDB, PSB, PMDB, etc.

Uma das descobertas dos partidos burgueses e dos aparatos do Estado, depois de vinte anos de ditadura militar, é que podem fazer o mesmo sob o manto da democracia. O Estado policial não necessariamente deve funcionar sob a forma de ditadura. A democracia oferece muitas vantagens desde que seja garantida pelo controle político das organizações operárias e populares e por um aparato policial e judicial altamente preparado para reprimir as massas e sua vanguarda.

Quando o PT e seu caudilho Lula postulavam a democratização do Estado, ainda não se sabia muito bem o que seria. Depois de mais de uma década de governo petista em comunhão com o PMDB, conjugado com os governos da oposição, se tem inconfundivelmente seu conteúdo. Trata-se do Estado policial assentado na colaboração de classes. Os sindicatos e centrais sindicais foram postos a serviço desta “democratização”. Não por acaso, a classe operária sofreu um poderoso bloqueio, que ainda perdura.

É necessário que a classe operária e sua vanguarda desvendem o mistério da democracia burguesa. Os confrontos de junho e das lutas atuais são a base sobre a qual as massas estão aprendendo a identificar os inimigos. É um pequeno progresso no campo da independência de classe que ainda não deu saltos qualitativos devido à ausência de uma direção revolucionária implantada nas entranhas dos explorados. Tudo indica, porém, que haverá avanços inimagináveis. Trata-se da vanguarda marxista-leninista-trotskista intervir decididamente com o programa da revolução, que vincula as reivindicações mais elementares à estratégia de poder.

A defesa dos métodos de luta coletivos, a unificação dos movimentos e os preparativos para enfrentar político e ideologicamente as campanhas da burguesia contra as manifestações fazem parte da etapa atual da luta de classes. Há que se dirigir à classe operária que ainda permanece à margem dos movimentos.

As demissões nas indústrias certamente mudarão a situação de controle burocrático do movimento operário. A burguesia vem pressionando por uma radical reforma trabalhista que destrói direitos elementares. Não há como o grande capital manter estável o quadro estável da luta de classes. As reivindicações transitórias, assim, serão perfeitamente entendidas pelos explorados. Estão de acordo com as condições objetivas da crise capitalista. A tarefa consiste em defendê-las sistematicamente no interior dos movimentos.

O direito de ir e vir contra o direito de manifestação

Um grupo de “intelectuais” lançou o manifesto “Basta”. Exige que a polícia acabe com as manifestações que bloqueiam ruas da cidade. Diz que o direito constitucional de “ir e vir” tem sido violado pelos manifestantes. Crítica as “forças públicas” por serem “passivas” e inclusive contribuírem com “o transtorno pelo bloqueio de grandes vias”. Entre os assinantes estão Simon Schwartzman (USP), Maria Alice Nogueira (UFMG), Alba Zaluar (Uerj).

Como se vê, os acadêmicos direitistas se articularam para exigir mais repressão. Fazem parte de uma orquestrada campanha da grande imprensa e dos governos para jogar a classe média contra as manifestações. Em suas vidas cômodas, não



querem ser molestados pela situação de pobreza e miséria da maioria.

O individualismo é um dos mais elevados valores do capitalismo. Esses “intelectuais” rezam na cartilha do capital. Servem de porta-vozes à burguesia e particularmente de sua fração mais reacionária. Não lhes custa opor o direito burguês de “ir e vir” ao direito proletário de “livre manifestação coletiva”. Sabem perfeitamente que sem o uso dos métodos da ação direta, os explorados não passam de indivíduos sujeitos à miséria e à fome. O princípio do individualismo emana da escravidão do homem pelo homem. Esses “intelectuais” e “professores” estão de acordo com ele porque se tornaram pequenos proprietários de algum conhecimento, os colocam a serviço dos interesses da classe dominante e expressam ideologicamente a opressão de classe. Como ainda não arregimentaram forças para saírem às ruas contra as manifestações dos explorados, exigem por meio de um manifesto para a polícia cumprir sua função de braço armado do Estado.

O que temos visto é justamente a tropa de choque atuar violentamente contra os movimentos. Mas esse grau de repressão não basta aos acadêmicos. Querem que sejam proibidas as manifestações nas grandes avenidas de São Paulo. Não faltam vozes acadêmicas que pleiteiam estipulação de local, de hora e autorização judicial para as manifestações. É a forma de tornar inócuos os protestos dos sem-teto, dos grevistas e da juventude estudantil.

O que vem ocorrendo de extremamente positivo no Brasil é justamente que as massas vêm impondo a sua democracia, portanto a sua soberania diante do poder da burguesia. A crise capitalista não mais lhes permite suportar calada a miséria e a pobreza, enquanto a rica classe média alta (da qual faz parte os acadêmicos vendidos) e a burguesia exibem luxo, requinte e desperdício.

Esses “intelectuais” pouco se importam com a carga horária e com os baixos salários que esmagam os professores do ensino público fundamental e que por isso sustentam longas greves e estão obrigados a saírem às ruas para serem vistos e ouvidos. Aplaudem o ataque da tropa de choque no Rio de Janeiro contra os docentes.

A luta das massas pela vida e pelo fim da exploração do homem pelo homem passará por cima dos “intelectuais” e acadêmicos vendidos. Os explorados estão impondo nas ruas sua vontade coletiva contra o direito burguês. Há que ampliar e unificar o movimento soberano das massas.

O que significa a desoneração da folha de pagamento?

Dilma Rousseff decidiu tornar definitiva a medida provisória que isentou as multinacionais e alguns setores nacionais de recolher 20% para a contribuição com a Previdência Social, substituindo-os pelo recolhimento de 1% a 2% do faturamento, de acordo com o setor. Essa mudança - denominada “desoneração da folha de pagamento” - resulta em renúncia fiscal.

Os capitalistas agraciados deixarão de arcar com parte dos custos do INSS. Em quatro meses, a Previdência deixou de arrecadar R\$ 7,66 bilhões. Estima-se que a economia para as empresas e a perda para o Tesouro serão de R\$ 21,6 bilhões. Nota-se que é bem mais do que Dilma Rousseff destina para o programa Bolsa Família.

Não é de estranhar que um governo burguês coloque os interesses da classe capitalista acima das necessidades das massas. Mas não se trata apenas de comparar com o Bolsa Família, com a saúde, com educação, etc. A questão é: quem cobrirá rombo nas contas da Previdência? Por enquanto, a conta é debitada no Tesouro Nacional. No entanto, logo a burguesia voltará a reclamar que é preciso uma nova reforma previdenciária. É bem conhecida a campanha que volta e meia tomam o noticiário de que o custo da Previdência é muito alto e que é preciso reduzir seu déficit.

Sabemos que as frações capitalistas se digladiam em torno do Orçamento. Um dos pontos nevrálgicos é o da dívida pública e da gigantesca soma despendida para o pagamento de juros e amortizações. Os banqueiros internacionais exigem superávit fiscal para que o governo pague direitinho mais de R\$ 200 bilhões anuais, referentes aos custos do endividamento. Com a crise, o superávit primário caiu e deve cair ainda mais. A pressão do capital financeiro sobre o governo já é grande. Tudo indica que, depois das eleições de outubro, o novo governo, que pode ser Dilma Rousseff, terá de ser mais inflexível com o desequilíbrio fiscal. Caso a economia continue com o baixo crescimento, as contas da União se agravarão.

Para que serve o diálogo

Dilma tem sido criticada pela burocracia sindical, tanto custista quanto forcionista, por não ter mantido o canal de diálogo aberto no governo de Lula. Os burocratas ficaram mais ressentidos ainda quando viram que as portas do Planalto se arreganharam ainda mais para os empresários.

A noção de que o Estado e o governo de plantão devem ser de todos, dos capitalistas e dos operários, dos ricos e dos pobres, não passa de uma ficção criada pelos reformistas serviais. O lugar da classe operária e da maioria oprimida é o da senzala. Assim funciona o regime de exploração do trabalho.

O Estado e seus governos não são criação da “sociedade”, como querem fazer crer, mas da burguesia. A sociedade se molda de acordo com a dominação de classe. A reivindicação de que o Estado e seu governo ouçam a voz dos explorados e dialoguem com suas lideranças não vem da classe operária, dos pobres e miseráveis. É um recurso da burocracia pró-capitalista que, para fazer bem feito seu serviço e poder enganar

Quem pagará? Os capitalistas? Absolutamente, não! Os assalariados é que arcarão com o peso dos desequilíbrios. A Previdência voltará a ser alvo. Basta essa previsão para os trabalhadores serem contra e os sindicatos exigirem que os capitalistas continuem pagando os 20%. A luta deve ser para que cubram todos os gastos da Previdência e os salários sejam desonerados.

A inversão do governo do PT indica que se trata um governo antipopular, mascarado de progressista pela esquerda capitulante.

O centro da desoneração se encontra no fato de Dilma favorecer o grande capital e, particularmente, as multinacionais que controlam os ramos fundamentais da produção. As montadoras foram imediatamente favorecidas assim que a crise despontou no Brasil.

A burocracia sindical - da CUT e da Força Sindical - tomou a dianteira para “negociar” a desoneração. Apresentou-a para os operários como uma medida de proteção dos empregos. As multinacionais facilmente chantagearam. Bastaria que abrissem as contabilidades dos monopólios para se constatar o quanto têm lucrado à custa da economia nacional.

Os segredos comerciais dos capitalistas são mantidos a sete chaves. Uma das chaves - assim podemos dizer - é a própria burocracia sindical. O apoio à desoneração da folha de pagamento foi uma traição à classe operária e ao País. A medida não somente ataca a Previdência com favorece o capital imperialista.

A resposta é: abaixo a desoneração da folha de pagamento, que o grande capital recolha integralmente para a Previdência, pela desoneração dos salários, pela abertura da contabilidade das grandes empresas, controle operário da produção, estabilidade no emprego e redução da jornada de trabalho sem redução salarial.

os explorados, precisa apresentar quirelas aos seus “representados”.

Lula foi burocrata sindical e sabe perfeitamente a importância das aspirações políticas dessa camarilha, que se profissionalizou na arte de trapacear com as necessidades da classe operária. As condições econômicas favoreceram ao seu governo “dialogar”, ao ponto de colocar em sua base a CUT e a Força, para ficarmos apenas nas duas maiores centrais. É preciso uma menção ao MST. A sua burocracia dirigente não se rogou em submeter os camponeses ao lulismo. Todos foram ouvidos para agirem em defesa da política econômica do governo.

A mudança de Dilma também expressou a situação econômica, agora em crise. A mandarina achou melhor manter as centrais um pouco à distância, mais ainda o MST. Pelo visto, não tinha e não tem o que “dialogar”. O mais provável é que procurou mostrar à burguesia que sabia nitidamente que o Estado não pode servir a duas classes antagônicas. Mas, chega-

das as eleições, Dilma resolveu abrir os canais de “diálogo”.

Nada melhor que inovar. Por decreto criou “instâncias de negociação”. Segundo informações, o projeto era de 2010. Com o acirramento das manifestações de rua, o governo achou por bem concretizar a “Política Nacional de Participação Social” (PNPS). Não há, porém, nada de novo. Talha-se uma moldura para manter a estatização dos sindicatos e centrais e para assegurar à burocracia instrumentos de controle dos explorados.

A farsa se instala nas denominadas políticas públicas. Os reformistas dirigem os sindicatos e movimentos a influenciá-las sob a linha da participação popular. Assim, evitam levantar

as reivindicações dos explorados nos locais de trabalho e nas ruas, que se contrapõem à política geral do governo burguês. As “políticas públicas” funcionam bem como uma máscara para a ditadura de classe da burguesia, assegurada pelo poder do Estado. Servem também para submeter eleitoralmente os explorados e manter vivas as suas ilusões democráticas.

É necessário denunciar amplamente a colaboração das burocracias com o governo e a estatização das organizações sindicais. Chamamos os oprimidos a rechaçar a “Política Nacional de Participação Social” do governo burguês, a levantar suas reivindicações e a se organizar no campo da independência de classe.

Chamado do Partido Operário Revolucionário aos explorados

Os partidos da burguesia estão em campanha eleitoral. As candidaturas de Dilma Rousseff (PT), de Aécio Neves (PSDB) e de Eduardo Campos (PSB) são de fato as que estão em disputa pela presidência da República. As esquerdas, entre elas o PSTU e PSOL, já anunciaram seus nomes. A imensa maioria será arrastada pela polarização entre Dilma e Aécio. Provavelmente, Eduardo Campos servirá de pêndulo no segundo turno (se houver). Mas nada ainda está perfeitamente definido.

O certo é que mais uma vez as massas serão convocadas pelos meios de comunicação, pelos aparatos partidários, pelos sindicatos e pelas igrejas a darem seus votos para formar um novo governo burguês que no dia seguinte se voltará contra os oprimidos. Nenhum dos partidos de esquerda, infelizmente, encarna o programa da revolução proletária. Falarão contra as desgraças do capitalismo, mas não dirão que é preciso destruir o Estado burguês pelos métodos revolucionários. Não demonstrarão que as eleições são instrumento da democracia burguesa e dominação sobre a maioria explorada.

Sem um poderoso partido revolucionário que use as eleições como tribuna para defender a estratégia da ditadura do proletariado e da defesa da constituição de um governo operário e camponês por meio da revolução, a única via dos explorados para manifestar sua independência de classe é rechaçar todos os partidos e votar nulo. Um bom contingente irá seguir esse caminho por concluir que as eleições servem somente para constituir um governo que jamais cumprirá suas promessas e que logo fará parte das quadrilhas que habitam o Estado.

O voto nulo em si, porém, não passa de um protesto. Não significa que as ilusões de que este ou aquele partido da burguesia poderá dar solução aos problemas que as atormentam tenham sido definitivamente superadas. Os partidos da burguesia temem um grande volume de abstenções, votos nulos e brancos não porque lhes ameacem o poder, mas porque indicam que os explorados já não lhes acompanham cegamente e que há uma predisposição de recorrerem aos seus métodos



próprios de luta. A presença de um partido revolucionário amplamente organizado no seio do proletariado constituiria uma força capaz de se potenciar apoiando-se na desconfiança dos explorados perante os partidos da burguesia. Não é o caso da situação presente.

As massas serão arrastadas para as disputas interburguesas, sem que uma fração possa se diferenciar levantando a bandeira da independência política perante os partidos da ordem capitalista. As esquerdas legalizadas não ajudarão a traçar a delimitação programática. Foram incapazes até mesmo de se unificarem sob uma plataforma elementar.

No momento, o descontentamento dos explorados se manifesta por meio de seus métodos de luta, que são as greves, mobilizações de rua, bloqueios, resistência à violência policial, etc. É nesta tendência que o POR se apoia e desenvolve a política de independência de classe. Denuncia as manobras eleitorais, rechaça as eleições como canal de desvio das lutas, chama os trabalhadores a se prepararem para enfrentar ataques brutais aos empregos e a se unificarem em um só movimento pelas reivindicações comuns.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Greve nas universidades paulistas

A situação de crise orçamentária da USP, exposta pelo novo reitor, comprova o papel nefasto de destruição da universidade pública pela burocracia universitária. Somente a Assembleia Geral Universitária dos três setores poderá investigar e expor todas as falcatruas e favorecimentos feitos pela casta burocrática que governa autoritariamente a universidade a mando da burguesia e seus governos, e mostrar as reais necessidades orçamentárias, que devem ser integralmente financiadas pelo Estado. A Assembleia Universitária julgará a burocracia corrupta e a arrancará do poder, constituindo em seu lugar o controle coletivo da universidade pelos que estudam e trabalham: o GOVERNO TRIPARTITE, eleito pelo voto universal, de mandato revogável e subordinado à assembleia geral universitária.

No último dia 21/05, assembleias de estudantes, funcionários e professores deliberaram pela greve a partir de 27/05, contra o congelamento salarial, imposto pelo Conselho de Reitores (CRUESP). Há uma forte adesão ao movimento, que se expressa nas assembleias massivas de funcionários (as maiores na década) e no grande número de cursos com assembleias deliberando a greve com esmagadora maioria, quando não por unanimidade.

Causa da greve: corte de verbas, crise orçamentária

O principal motivo apresentado pelos reitores para o congelamento salarial é a situação orçamentária da USP. O novo reitor, Marco Antônio Zago, anunciou que os gastos com salários superam os 100% do orçamento. Desde o início do ano, tem realizado uma ampla redução de gastos, que inclui cortes de bolsas estudantis de todo tipo, proibição de contratação de funcionários, demissão de terceirizados, não resolução dos problemas de contaminação da USP Leste (EACH), corte de todo gasto com pesquisa. A grande imprensa burguesa ainda tem feito uma campanha indicando que a saída para a crise é a cobrança de mensalidades sobre os estudantes. O governo se nega a aumentar o percentual do ICMS destinado às universidades.

O reajuste ZERO dos salários é um dos aspectos desse ataque que vem sendo desfechado contra o ensino superior público e gratuito. É o que aparece mais, por conta do pretexto apresentado pelo reitor quanto ao seu peso no orçamento, e por ser sentido diretamente na pele pelos funcionários e professores. Mas os demais ataques são também sentidos na pele por grande parte dos estudantes. E a ameaça de cobrança de mensalidades pesa sobre todos.

Uma crise fabricada

Muitos afirmam que a atual crise orçamentária decorre de má administração ou incompetência do reitor anterior, o autoritário Grandino Rodas. Para estes, bastaria então uma boa administração na universidade, com a chamada transparência, para resolver os problemas. A boa administração viria da chamada democratização da universidade, sob as mais diversas fórmulas (eleição paritária ou universal do reitor, estatuinte etc.).

Essa tese é um engodo. Zago foi membro do alto escalão de Rodas (foi seu pró-reitor de pesquisa). Suas acusações à gestão anterior são hipócritas.

O fato é que a casta burocrática que administra a universidade aplica uma política privatista, elitista e de precarização da universidade, a mando da burguesia e de seus governos. Trata-se de uma crise fabricada, voltada a servir de fundamen-

to para os ataques que se desfecham no momento.

O governo Alckmin não vem repassando o total das verbas para a universidade. Só nos últimos anos, o montante retido é de 2 bilhões de reais. As várias obras de necessidade discutível que foram iniciadas na gestão Rodas favorecem as empreiteiras, que parasitam o estado por meio da universidade. A iluminação do campus por LEDs foi bloqueada várias vezes na justiça antes de ser realizada, acusada de favorecimento. A privatização dos circulares favoreceu a empresa de ônibus Gato Preto.

O que se vê é que a tal crise orçamentária resulta da combinação do estrangulamento dos recursos combinada com o favorecimento de capitalistas.

Uma burocracia privatista e corrupta, que tem de ser varrida

O orçamento das universidades, durante o governo Quérria, em 1988, passou a ser gerido segundo a chamada autonomia da gestão financeira. Por meio dela, o governo concede uma verba fixa às universidades, mais precisamente ao controle da casta burocrática, e esta pode fazer dessa verba o que bem entender, inclusive buscar complemento de recursos junto às empresas e bancos. Antes dessa medida, as universidades tinham orçamentos determinados ano a ano. A média das verbas concedidas antes dessa medida foi de 11,6% anuais do então ICM (hoje ICMS). Depois, passou a 9,57%. Está aí um profundo corte de verbas, que vai repercutir nas décadas seguintes. E esse é o motivo da reivindicação de 11,6% ao parlamento, feita pelos sindicatos. Não se trata de uma resposta às necessidades das universidades, mas a uma reposição de perdas.

A casta burocrática que governa autoritariamente a universidade agiu com medidas de complementar os recursos por meio das chamadas parcerias. Nos anos 90, iniciou-se um processo de criação das chamadas fundações privadas nas universidades. Essas fundações são criatura da burocracia universitária. Normalmente, são criadas pelos próprios membros dos organismos colegiados que governam a universidade, e passam a agir em benefício próprio, estabelecendo relações de dependência e subordinados aos investimentos privados. Há unidades em que os professores e funcionários são pagos em parte (Medicina) ou totalmente (Poli – Fundação Vanzolini) por essas fundações.

As fundações e outros mecanismos de privatização proliferaram na primeira década do século XXI, após sua regulamentação. O aluguel de espaços da universidade para academias (enquanto se fechavam os espaços à população), a abertura de agências bancárias (ocupando espaços inclusive de moradia estudantil), e a forte terceirização de serviços (com superex-

ploração do trabalho), são mecanismos de privatização, que se combinam com precarização.

A casta burocrática locupletada pelos mecanismos privatizantes pressiona o corpo estudantil para que se junte à defesa de seus mesquinhos interesses, e reprime os funcionários diretos ou terceirizados para impor suas medidas. Essa casta burocrática é o maior câncer no interior da universidade pública. A defesa real da universidade pública tem de passar pela destruição do poder dessa casta, ou não se efetivará. Ou se impõe o controle coletivo da universidade pelos que estudam e trabalham, ou se ampliará a privatização.

Ou se derruba a burocracia ou não se defenderá a universidade pública e gratuita

Muitos estudantes têm se manifestado contra o aumento de verbas para as universidades paulistas. Dizem que não adianta aumentar verbas e colocá-las nas mãos da mesma burocracia corrupta, que vai usá-las em favorecimentos e corrupção. Acabam votando nas assembleias contra a reivindicação de mais verbas para universidade, contra o aumento para 11,6% do ICMS.

O problema é que as verbas para a universidade de fato são manipuladas pela casta burocrática e autoritária. Para ser consequente na defesa da universidade pública e gratuita, é preciso lutar para que os que estudam e trabalham definam as reais necessidades e onde os recursos serão aplicados, cabendo ao governo o financiamento integral desses gastos, sem nenhuma ingerência sobre o funcionamento das universidades. Isso é a real autonomia universitária. Mas isso somente será possível por meio da destruição do poder da burocracia universitária, por meio do GOVERNO TRIPARTITE, eleito pelo voto universal, com mandato revogável e subordinado à assembleia geral universitária. Essa bandeira, que expressa a real democracia e autonomia universitárias, é rechaçada pelas correntes políticas, que se apegam à chamada democratização da universidade, ou seja, à manutenção do poder da casta burocrática, com maior ou menor participação de estudantes e funcionários. Ao defenderem mais verbas para a universidade sem atacar o poder da burocracia autoritária, abrem caminho para que uma parte dos estudantes se oponha a entregar mais verbas a esses bandidos.

Um ataque que deve ser respondido de conjunto

As medidas anunciadas pelos reitores sob o pretexto da crise orçamentária são um conjunto que se volta contra o caráter público e gratuito da universidade. A resposta a esse ataque não foi dada desde o início do ano por nenhuma das direções dos que estudam e trabalham na universidade.

A direção do DCE (PSol/PSTU) se negou a convocar assembleias gerais. A assembleia geral da FFLCH, chamada para ini-

ciar uma resposta, foi sabotada abertamente por essa direção. Ela preferiu convocar um Conselho de Centros Acadêmicos para elaborar uma carta de reivindicações (sem discuti-las na base e algumas inclusive contraditórias com decisões de assembleias) e entregá-la na reitoria com uma aula pública na frente do prédio.

Os funcionários vinham fazendo campanhas ao redor de temas específicos. Uma assembleia lotada e reuniões radicalizadas nas unidades empurraram a direção para a greve. Os professores faziam campanha ao redor de pedir transparência nas contas e rediscussão da forma de escolha do reitor. A reivindicação salarial aparecia como um adendo na pauta de reivindicações do Fórum das Seis (que reúne os sindicatos das três universidades).

O que se vê é que a tendência geral de luta presente na situação política pressionou a mobilização nas universidades. Mas essa pressão vem dos assalariados. E resultou numa greve de campanha salarial, e não numa resposta às medidas privatistas de Zago/Alckmin.

É preciso ajustar a luta às necessidades impostas pela situação. Ou se organiza a luta unitária contra o conjunto do ataque ou se corre o risco de, passada a luta salarial, não haver condi-

ções políticas para enfrentar os demais ataques da reitoria/governo/burguesia, que incluem até a cobrança de mensalidades.

Resposta à campanha por mensalidades da burguesia: defesa do ensino gratuito a TODOS

Os jornais Folha e Estadão têm feito uma forte campanha apontando que a solução para a crise orçamentária da USP está na cobrança de mensalidades. Essa é a forma de despejar

o custo da crise sobre os estudantes e suas famílias. Sabe-se que a crise econômica recrudescer e que o Estado tem servido ao parasitismo. Os gastos sociais são atacados para manter o subsídio às multinacionais e bancos. Ou para favorecer as negociatas ao redor da realização da Copa no Brasil.

A defesa da gratuidade pelos estudantes da USP deve colocar essa luta para o conjunto da juventude: lutar pelo fim do ensino pago para TODOS, ou seja, pela expropriação da rede privada e controle coletivo dela pelos que estudam e trabalham.

Direção do DCE, apoiada pelo MNN e LER-QI, faz aprovar a greve a reboque

A pressão da paralisação anunciada de professores e funcionários dia 21/05 e o anúncio da provável greve fizeram o DCE marcar assembleia de estudantes. Mudou duas vezes a data a três dias de sua realização. Havia greve de rodoviários na cidade. Mesmo assim, cerca de mil estudantes compareceram. Mas a direção propôs que se votasse apenas a greve em apoio a professores e funcionários e a seu calendário (sequer apresentado), e se organizasse uma manifestação de rua até



o terminal Butantã, em apoio à greve dos rodoviários. Em essência, anular a assembleia como organismo de discussão e deliberação de reivindicações, métodos de luta e organização estudantil. Mascararam a manobra com a manifestação, que só foi rapidamente até o terminal (vazio, sem rodoviários nem passageiros) e se dissolveu. Os estudantes entraram em greve sem discutir a pauta, sem deliberar ações e sem organização. No entanto, as assembleias de curso no dia 26/05 tiveram amplo comparecimento e votaram massivamente pela greve.

No dia 27, primeiro dia de greve, organizou-se a ida à Assembleia Legislativa para assistir à discussão sobre o orçamento das universidades. Nada seria deliberado. A mobilização se voltou ao discurso sem consequência prática.

A assembleia geral de 28/05 teve de discutir a pauta. Após as poucas falas, sorteadas segundo a manobra de inscrição de 143 estudantes para forçar o sorteio e eliminar o debate político, votou-se o encaminhamento. MNN e LER propuseram deixar a discussão das reivindicações para o final. Assumiram a linha de frente da defesa da greve a reboque de funcionários e professores. Perderam o encaminhamento. A direção do DCE pretendia discutir e aprovar todas as reivindicações estudantis e colocá-las como enfeite para a luta salarial de professores e funcionários. E evitar a formação de um comando de base. A Corrente Proletária defendeu que não se devia aprovar uma pauta estudantil como adorno da luta salarial, mas uma pro-

posta de pauta unificada que deveria ser defendida na greve pelos três setores, a ser votada numa assembleia geral universitária (unificada), e que fosse uma resposta de conjunto aos ataques do reitor/governo/burguesia. Burocraticamente, a mesa não colocou a proposta da Corrente Proletária em votação, apresentando apenas a ordem de encaminhamento da pauta unificada e da pauta específica, contra votar apenas a pauta trazida pelos professores e funcionários. Diante do adiantado da hora, as polêmicas ao redor da pauta foram encaminhadas às assembleias de curso para serem retomadas na próxima assembleia geral.

Apesar da resistência da direção do DCE, aprovou-se um comando de greve com delegados eleitos nas assembleias de base e com participação de delegados da moradia (Crusp) e do núcleo de consciência negra. A direção do DCE não queria um comando de base estudantil, opondo-lhe a existência apenas de um comando geral unificado, onde não teria de se submeter às decisões da base.

A resistência da direção se deve ao fato de que teve a experiência de ver suas propostas derrotadas sistematicamente nas assembleias gerais no movimento do ano passado. A forte contradição entre as reivindicações dos estudantes e a intransigência da burocracia fortalecem a posição de destruição da burocracia e implantação do Governo Tripartite, inviabilizando a política de conciliação das direções reformistas/centristas.

Boletim da Corrente Proletária: Por uma pauta conjunta de reivindicações para enfrentar os ataques de Zago/Alckmin/burguesia! Por um movimento unitário de verdade!

Começou a greve de estudantes, professores e funcionários nas três universidades estaduais paulistas. O movimento é contra a proposta de reajuste ZERO (congelamento salarial) apresentado pelos reitores, sob o pretexto da crise orçamentária.

O reajuste ZERO é parte de um conjunto de medidas de ataque à universidade pública e gratuita. O enfrentamento à intransigência dos reitores/governo em conceder o reajuste salarial deve se ligar à luta contra o corte de bolsas estudantis, contra a proibição de contratação de professores e funcionários, contra a demissão de terceirizados, pela imediata descontaminação da EACH e contra a proposta de cobrança de mensalidades. A essas reivindicações é preciso juntar ainda a defesa da permanência estudantil (devolução imediata dos blocos K e L, construção de mais blocos, vagas para todos) e contra a repressão (Fora a PM da USP, fim dos processos, reintegração dos eliminados e demitido político, Fim dos cercos policiais às manifestações, abaixo a legislação antigreve e antimobilização!). Caso contrário, após a mobilização pelo reajuste salarial, os demais ataques serão aprofundados e não teremos a força que somente a mobilização grevista pode oferecer.

A greve na USP começou forte

A assembleia geral estudantil de 21/05, que votou a greve, contou com cerca de mil estudantes, apesar de ser num dia de greve dos rodoviários e com a universidade esvaziada. Muitos cursos fizeram suas assembleias com grande participação de estudantes, discutindo e votando em favor da greve. No primeiro dia, a paralisação das aulas teve a ação dos piquetes para garantir as decisões da maioria. Esses fatos indicam que existe uma tendência de luta entre os estudantes, e que é portanto possível mobilizar para enfrentar a ofensiva privatista e

destruidora do ensino público e gratuito de Zago/Alckmin/burguesia.

Os perigos que rondam o movimento

Na assembleia de 21/05, a direção do DCE (PSol/PSTU), com apoio do MNN e da LER-QI, aprovaram o encaminhamento de não fazer discussão de pauta, calendário nem organização: a assembleia só votou apoio à greve de funcionários e professores, greve estudantil e apoio ao calendário dos sindicatos (que não foi sequer apresentado), e depois se organizou uma manifestação de rua de apoio à greve dos rodoviários. Manifestação que se dirigiu rapidamente ao terminal do Butantã (vazio, sem rodoviários nem passageiros) e se dissolveu na Av. Vital Brasil). Sob a máscara combativa da ida à rua, do apoio à luta dos trabalhadores, a direção do DCE e seus apoiadores anularam a possibilidade de discussão das reivindicações, métodos de luta, organização e calendário dos estudantes. Deram à greve o caráter de greve de apoio, um movimento a reboque das decisões dos sindicatos. Substituíram a discussão da assembleia por um acordo prévio de bastidores, apresentando aos estudantes apenas a possibilidade de apoiá-lo.

A discussão das reivindicações estudantis não pode ser tomada como uma formalidade. E para que assim não seja, é preciso construir uma pauta única conjunta dos três setores, ações de rua unitárias, negociação conjunta, comando de greve unificado e decisões sobre os rumos gerais do movimento coletivas. Isso não será resultado de acordos de direções, somente a assembleia geral universitária, dos três setores, poderá cumprir essa tarefa.

Combater as raízes da crise

Assim que tomou posse, Zago anunciou a crise orçamentária res-

ponsabilizando a folha de pagamento, implementando os cortes em bolsas de permanência, na pesquisa, no transporte, na graduação e oferecendo ZERO de reajuste salarial.

Não se trata de uma questão de incompetência ou má administração anterior. A raiz da crise financeira é a burocracia universitária estar vinculada ao Estado que impõe e pretende aprofundar uma política privatista na universidade. Há inúmeras obras por todos os campi. A troca do sistema de iluminação foi milionária. As empreiteiras estão claramente se beneficiando do caixa da universidade. A implantação do ensino a distância favorece os capitalistas da educação. As fundações usam e abusam da estrutura e pessoal da universidade para ganhar dinheiro. As empresas terceirizadas abocanham verbas da universidade e muitas vezes não pagam nem a miséria de salário prometida aos trabalhadores.

É preciso mais verbas para a universidade. Mas quem as controlará? Quem decidirá por sua aplicação? A mesma casta burocrática que governa autoritariamente a universidade? A mesma burocracia privatista e corrupta?

Não será a reitoria que resolverá o problema financeiro da universidade e atenderá as nossas reivindicações! É preciso passar a universidade imediatamente para o controle do GOVERNO TRIPARTITE!

O Governo Tripartite é o único capaz de impor ao Estado o Financiamento Integral da Universidade, permitindo atender às necessidades dos estudantes, barrar os cortes e reajustar o salário dos funcionários e docentes! É por meio da AUTONOMIA DA UNIVERSIDADE frente ao Estado, passando o controle das mãos da reitoria/burocracia para os que estudam e trabalham, o que lhe confere a força necessária para barrar com a privatização e precarização.

Rechaçar a farsa da Estatuinte burocrática e autoritária da reitoria!

A reitoria pôs em marcha sua reforma estatutária. A estatuinte da reitoria é uma manobra, que serve para adaptar os estatutos da universidade às medidas de privatização, elitização e precarização do ensino. Deve ser rechaçada pelo movimento como uma farsa burocrática e autoritária.

Há aqueles que pretendem contrapor a estatuinte da reitoria com uma democrática e soberana. Não existe estatuinte democrática e soberana sob o poder da casta burocrática e autoritária. Não pode ser democrática porque os que mandam condicionam e restringem a participação de funcionários e estudantes. Não pode ser soberana sob o poder da casta burocrática, a qual dirá o que pode ou não pode ser colocado em prática. Essa bandeira é distracionista em relação à tarefa de derrubar a casta burocrática, dissolver o conselho universitário e demais organismos burocráticos, constituir uma universidade sem reitor, o controle coletivo da universidade pelos que estudam e trabalham, o GOVERNO TRIPARTITE!

Não à cobrança de mensalidades! Fim do ensino pago!

A burguesia faz campanha nos jornais pela cobrança de mensalidades. Não há verbas suficientes, então a proposta dos capitalistas é a taxação do ensino. Nossa resposta deve ser firme: Nenhuma mensalidade ou taxação sobre os estudantes da universidade pública! E devemos defender essa bandeira para o conjunto dos estudantes: pelo fim do ensino pago! Pela Estatização sem indenização de toda a rede privada de ensino, sob controle dos que estudam e trabalham! Ensino público e gratuito para todos!

Aprovar uma proposta de pauta conjunta dos três setores! Unidade para derrotar a ofensiva privatista de Zago/Alckmin/burguesia! Unidade geral da educação contra a precarização!

Nossa assembleia deve aprovar uma proposta de pauta conjunta dos três setores. Deve reivindicar de funcionários e professores uma assembleia unificada de forma a estabelecer um compromisso de todos ao redor da pauta conjunta. De organizar as manifestações nas ruas, para derrotar a burocracia, o governo e a burguesia.

É preciso unificar as lutas de todos os que estudam e trabalham e que estão se mobilizando por reivindicações semelhantes: professores da rede municipal e estadual de S. Paulo e servidores das federais. Unificar com os demais movimentos que defendem os trabalhadores e suas famílias dos ataques dos governos e patrões, que pretendem despejar a crise sobre os oprimidos: os movimentos grevistas dos trabalhadores nos transportes, os sem-teto, etc. E unificar todos os movimentos (saúde, educação, transporte, moradia) que lutam contra o corte de direitos para realização da copa bilionária dos capitalistas e seus governos.

Por um comando de greve unificado e de luta

É preciso aprovar a constituição de um comando de greve geral dos estudantes, e de um comando de greve unificado dos três setores.

O comando de greve deve ser proporcional ao número de estudantes EM GREVE nas assembleias. Os cursos que não estiverem em greve devem ter um representante, mas o comando de greve deve ser essencialmente de GREVISTAS. E deve ser renovado de acordo com o crescimento ou recuo da mobilização. Assim estará expressando a mobilização real nos cursos.

Devemos propor também um comando unificado de greve, que execute as decisões coletivas, organize as ações de rua, se responsabilize pelas negociações com a reitoria/governo.

Propostas

- Um GOVERNO TRIPARTITE, eleito por voto universal, com mandato revogável e submetido à ASSEMBLEIA GERAL UNIVERSITÁRIA. Que imponha o financiamento integral da universidade pelo Estado, que não deve ter nenhuma ingerência sobre ela.
- Abertura imediata da contabilidade da Universidade sob o controle dos estudantes, funcionários e professores.
- Rechaço da farsa da Estatuinte da Reitoria, burocrática e autoritária!
- Fora PM! Fim do Convênio USP-PM. Fim de todos os Processos e Reintegração imediata dos eliminados e do dirigente sindical Brandão. Fim do cerco policial às manifestações! Abaixo a legislação antigreve e antimovimentos! Pelo fim da PM!
- Descontaminação imediata da EACH. Pela UNIDADE EACH conforme a reivindicação do movimento!
- NÃO a COBRANÇA DE MENSALIDADE! Em defesa da Universidade pública, gratuita e a todos! Que nenhum estudante pague pela educação: Expropriação de toda a rede privada de ensino, sob controle dos que estudam e trabalham.
- Por um comando de greve eleito proporcionalmente aos presentes nas assembleias de cursos EM GREVE. Os demais enviam um representante. Por um comando de greve unificado dos três setores, que organize a mobilização e negociação.
- UM ATO UNIFICADO EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA! Estudantes, funcionários e professores das Estaduais paulistas, da rede municipal e estadual e dos Institutos federais.
- Abaixo a Copa Bilionária dos capitalistas e seus governos! Participação organizada da USP nas manifestações contra a Copa! Indicar representantes para sua organização!

IFSP: Greve há mais de um mês

O Instituto Federal de São Paulo-capital está desde 21 de abril em greve dos técnicos administrativos e de docentes, 40% e 10% paralisados respectivamente. A pauta de reivindicação do sindicato (SINASEFE) se divide entre eixos gerais dos servidores públicos e específicos da categoria. As reivindicações gerais são: 1) data base para maio, 2) antecipação dos 5% de aumento previsto para 2015, 3) anulação da reforma da previdência (Funpresp – previdência privada), 4) 10% do PIB para a educação pública, 5) Contra a terceirização – arquivamento do PL 4330, 6) Auditoria pública e suspensão do pagamento e 7) Retomada dos anuênios (1% ao ano). As reivindicações específicas se dividem entre carreira, isonomia salarial e contra a precarização do trabalho e ensino. Ao todo, são 157 unidades em greve por todo o país.

O movimento de 2014 é uma continuação da mobilização de 2012, que atingiu quase 100% das Instituições federais de ensino e durou três meses. A ponta da lança de 2012 foi a greve estudantil da UNIFESP-Guarulhos, que durou 5 meses e combateu radicalmente o governo federal, tamanha eram, e ainda continuam, as condições precárias de ensino da Universidade. À reivindicação de prédio da universidade (o campus não possui prédio próprio) e fim dos processos, a reitoria (em conjunto com o governo federal) respondeu com repressão policial. Foram duas invasões da polícia no campus, prendendo 46 na primeira e 26 na segunda ação da PM.

Dois anos se passaram, mas a política privatista, elitista e de precarização do governo federal se mantém.

Situação precária

A greve expressa uma insatisfação dos trabalhadores e dos estudantes diante das condições precárias de ensino e também devido ao avanço da privatização. Só na unidade da capital, metade dos professores trabalha em regime de contrato, com duração de 2 anos. Dentre os que lecionam para o ensino médio, todos são contratados. O governo tenta empurrar a previdência privada – FUNSPREV e os cursos técnicos privados - PRONATEC, atrelando os recursos destinados ao Instituto ao número de matriculados no curso privado. A juventude que ingressa nesse programa é estimulada a se endividar, por meio do FIES, que é expandido aos cursos técnicos. O PRONATEC concorre com a educação pública, oferece melhor remuneração (R\$ 40,00/aula), mas sem qualquer vínculo empregatício ou direito trabalhista.

A orientação do governo de corte de gastos levou a cortar 290 bolsas de permanência, reduzir 400 horas do curso de geografia e a vetar o financiamento das viagens de campo, reduzindo o quadro de professores e o custo pela formação. Bolsas de permanência não são pagas há três meses. O campus não possui moradia nem restaurante universitário. Outros campi, como o de Caraguatatuba, não possuem nem mesmo uma cantina. O de Matão sofre com problemas de falta de água. Em Hortolândia, a evasão é gritante, 30%. A carência de permanência estudantil faz com que 120 dos 400 ingressantes abandonem a universidade.

Isolamento

A greve das instituições federais está isolada. A FASUBRA

deflagrou greve nacional desde 17 de março, e o SINASEFE, desde 21 de abril. A imprensa ignora a paralisação e Dilma se aproveita do isolamento para pisotear as reivindicações dos servidores.

Alguns fatores explicam o isolamento da greve: 1) falta de ações de rua: manifestações, distribuição de boletins fora dos Institutos (estações de trem e metro, nas portas das fábricas, nas demais universidades etc), 2) separação física entre os campi, dificultando a ação conjunta, 3) falta de uma intervenção mais incisiva do Comando Nacional de Greve de modo a superar os entraves organizativos e potencializar a luta, viabilizando boletins nacionais com distribuição massiva em diversos pontos, disponibilizando ônibus para reunir os diversos campi em greve, organizar atos unitários em todas as capitais dos estados de maneira a parar a produção 4) nenhuma ação por parte das entidades nacionais UNE e ANEL.

Direções estudantis

As direções estudantis como um todo estão atuando contra a greve. O Grêmio proibiu um membro do Comando de Greve de dar informe na assembleia dos secundaristas. Os centros acadêmicos têm desviado os estudantes da luta real, convocando assembleia apenas para discutir reforma estatutária. Almejam conseguir o CNPJ que confere ao CA a possibilidade de se tornar uma Empresa Junior e angariar recursos da iniciativa privada. As direções estudantis são colaboracionistas da política privatista da burocracia/governo. Essas direções não servem para o movimento. Devem ser varridas e instalada uma direção verdadeiramente de luta, que convoque os estudantes a combaterem os ataques vindos do governo e a defenderem as reivindicações do movimento estudantil, como a permanência.

Ação da Corrente Proletária Estudantil

A Corrente Proletária Estudantil atua junto ao Comando de Greve do IFSP-capital com a política de unidade com os demais movimentos grevistas. Impulsionou a presença nas assembleias e nos atos dos professores municipais, na assembleia e comando de greve dos funcionários da USP e no ato contra a copa. Cobramos das entidades estudantis a convocação de assembleia de curso e geral para tomar um posicionamento quanto à greve.

A unidade dos movimentos é uma necessidade para combater a intransigência do governo federal. As raízes da greve dos Institutos Federais são a mesmas dos diferentes setores do funcionalismo público. O Estado está falido e tem de cortar gastos dos setores de serviço, enxugar os salários para atender as exigências do capital internacional.

A unidade deve se dar ao redor de bandeiras gerais que expressem as origens da insatisfação das massas, por isso defendemos: 1) salário mínimo vital de R\$ 4.200,00 com escala móvel de reajuste, 2) emprego a todos, por meio da escala móvel das horas de trabalho, 3) educação pública e gratuita a todos, garantida por meio da expropriação de toda a rede privada de ensino, 4) permanência estudantil: restaurante universitário e moradia estudantil a todos.

Essas bandeiras de unidade devem ser aprovadas em um mesmo fórum, que unifique os três setores: estudantes, funcionários e professores. A Assembleia Geral Universitária deveria ser o organismo de discussão, deliberação e ação conjunta do movimento, e a ação direta: piquete, manifestação de rua, trancaço etc é o método para defender essas bandeiras. Defendemos que a unidade entre os movimentos se concretizasse nas ruas. O parlamento não cederá às reivindicações do movimento, é preciso arrancá-la por meio das forças das mobilizações nas ruas.

Intransigência dos governos, crise capitalista e ascenso na luta de classes!

Os governos seguem intransigentes, não abrem as portas para a negociação. A crise capitalista não permite nenhum reajuste salarial, nenhuma melhora nas condições de trabalho e ensino. A crise será descarregada sobre o trabalhador, sobre a juventude proletarizada.

Estudantes do CRUSP voltam a se organizar e fazem ato contra corte de verbas e em defesa da permanência estudantil

Na quarta-feira (21/05), dia de paralisação dos funcionários da USP, os estudantes moradores do CRUSP fizeram um ato contra o corte de verbas e em defesa da permanência estudantil. Decidido em assembleia tinha como reivindicações: devolução dos blocos K e L (antiga reitoria) para moradia; garantia de vagas e local apropriado para as mães na moradia; reabertura de um apartamento das mães fechado; e contra o corte de verbas, que afetam não só os estudantes, mas também os funcionários que estavam fazendo a paralisação. A assembleia também aprovou o posicionamento de unificar a luta com os servidores técnicos administrativos.

O ato contou com 40 estudantes e marcou a retomada do movimento organizado na moradia, que desde 2011 não se articulava, a menos de manifestações espontâneas. Após um arrastão na moradia, foram feitos diversos cartazes com as

Os diversos setores em greve, professores universitários, municipais, técnicos administrativos, servidores da cultura, judiciários federais, rodoviários, servidores da saúde, ou os que já fizeram sua greve como os garis, a Comperj demonstram um ascenso na luta de classes.

Os governos não conseguem nem mesmo ceder migalhas aos movimentos. Sua preocupação é salvar a burguesia da falência, permitindo as demissões às centenas, a expropriação dos salários por meio da inflação, a flexibilização do trabalho.

A crise força o PT a mostrar a sua verdadeira face, um governo pró-imperialista, de ataque à vidas da massas, de retirada de direitos, de avanço das medidas repressivas.

Está colocada a necessidade de avançar na luta! De superar as amarras da política conciliadora das direções dos sindicatos e centrais sindicais e das entidades estudantis burocratizadas.

O avanço na luta requer a unidade. A intransigência dos governos será superada quando o movimento conquistar sua soberania nas ruas.

reivindicações dos moradores que foram colados na sede da assistência social, no bandeirão e em um grande mural (que foi tomado pela burocracia). O ato terminou se encaminhando para a assembleia dos funcionários, que decretaria greve partir do dia 27/05.

O corte de verbas têm atacado diretamente os que estudam e trabalham. Na moradia, já sentimos os cortes de bolsas e o corte de serviços de manutenção. A partir do dia 27, estudantes, professores e funcionários começaram suas greves. Devemos lutar pela unificação, nas ruas e na organização (a assembleia geral universitária), para conseguirmos impor uma derrota à burocracia e ao governo do PSDB, que atacam diretamente a universidade pública. Os estudantes da moradia já se mostram dispostos à unificação, agora sua tarefa é de expandir esta política ao conjunto do movimento estudantil.

Bahia

Realizado o lançamento do Programa do POR em Salvador

Nos dias 17 e 18 de maio, o Partido Operário Revolucionário (POR) realizou formação política e reunião das regionais do partido no Nordeste. Participou das atividades a militância porista do CE, PB e BA. A formação política se deu sobre As Teses da Revolução Permanente de Leon Trotsky. No dia 17, fizemos o lançamento do Programa do partido que foi debatido e aprovado no XII Congresso Nacional do POR, realizado nos dias 11 e 12 de janeiro de 2014. Na ocasião, realizamos um debate sobre o caráter da revolução brasileira e o papel do partido revolucionário na superação da crise



de direção política aberta pelo estalinismo internacionalmente.

O POR se constrói como partido-programa, baseado na concepção leninista de partido, sob a base do centralismo democrático e da crítica e autocrítica. O partido tem se esforçado desde a sua origem por compreender as leis históricas do desenvolvimento capitalista e da revolução proletária no Brasil, como parte da revolução socialista internacional. A construção do partido revolucionário do proletariado e a reconstrução da IV Internacional enraizados na luta de classes são decisivas para a vitória da revolução em nosso país e internacionalmente.

Eleições do DCE mostram a despolitização dos estudantes

A eleição do DCE da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) aconteceu depois de três mudanças de data pela comissão eleitoral, no intuito de manobrar o pleito para facilitar a permanência da corrente maoísta na direção. A presença de membros da diretoria na comissão eleitoral foi um fator que explicitou a manobra. Ou seja, a comissão eleitoral não poderia ser constituída por membros da diretoria do DCE. Vale lembrar que, inclusive, existiam elementos da corrente política que disputava as eleições em seu interior.

No dia 8 de maio, aconteceu a eleição. Havia um desespero por parte da atual diretoria de as eleições não escaparem de seu controle. Quando sentiram ameaçados em perder o aparato, reagiram com agressões físicas sobre o fiscal da chapa 2.

Por outro lado, em função da despolitização dos estudantes, a abstenção foi alta. Mais de 80%, pois, do total de 9.054, apenas 1.073 estudantes compareceram. Assim, a chapa 1 obteve 664 votos e a chapa 2, conseguiu 394. Poucos foram os votos brancos e nulos, 10 e 5, respectivamente.

A Chapa vencedora tinha como slogan “um DCE para os estudantes”. É claramente pró-governo, formada por membros ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE). Defende as políticas de educação impostas pelo governo Dilma/PT. Conseguiu enganar uma parcela muito pequena dos estudantes com o lema de ser uma “chapa diferente”. Não tem nada de diferente. É um grupo de estudantes, guiados pela velha política do PT e do PCdoB, que traz consigo a orientação da política burguesa/capitalista.

A Chapa 2 era formada pelos militantes do Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR) e seus aliados. Dirigia o DCE desde 2011. Não travaram uma luta contra a burguesia e os governantes, que vêm destruindo a universidade. Na verdade, sua política no interior da UNIR era tão somente para combater os opositores às suas ideias, portanto as correntes de esquerda. Apoiou e colaborou com a candidatura da atual rei-

tora, sucessora do reitor Januário, que renunciou pressionado pela greve de 2011, uma das maiores greves da universidade. Sequer convocava os Congressos estudantis para aprovar a política e o método para conquistar as reivindicações. A experiência negativa dos estudantes com essa direção fez com que a rejeitassem, votando na chapa do petismo.

Os estudantes farão, agora, a experiência com a política do PT, que é favorável à coexistência do ensino privado com o público. Que implanta a excrescência do ensino a distância. Que aplica os duros planos de cortes de recursos à educação. E que não defende a educação gratuita em todos os níveis, um direito democrático de acesso dos explorados à universidade. A ausência de uma direção revolucionária na universidade faz com que os estudantes rechacem a corrente que dirigia o DCE e sejam arrastados pela corrente pró-burguesa da UNE.

A Corrente Proletária estudantil não teve força para lançar uma chapa. Ela é embrionária. Porém, participou das eleições do DCE defendendo o voto nulo programático e convocando os estudantes a se organizem na Corrente. Entre os pontos, destacamos:

- 1) Educação pública e gratuita para todos em todos os níveis, sob o controle de quem estuda e trabalha. Estatização de todo o sistema de ensino. Defesa de uma educação vinculada à produção social;
- 2) Autonomia Universitária. Eleição de um governo tripartite pelo voto universal e da edificação da assembleia universitária (estudantes, professores e funcionários);
- 3) Fim de todos os processos sobre os estudantes que lutam em defesa da universidade gratuita. Direito irrestrito de manifestação, ocupação e greve. Fim de toda legislação repressiva.
- 4) Construir uma direção estudantil para a UNIR, sob a base de um programa revolucionário.

Adquira com o distribuidor deste jornal



4 MASSAS
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DIRETIVA PROLETÁRIA
ÓRGÃO BISEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - EDIÇÃO ESPECIAL - MAIO DE 2014 - R\$ 3,00

**Viva o
Internacionalismo
Proletário!**

**Reconstruir a
IV Internacional!**

**5 anos da morte de
Guilherme Lora,
dirigente do Partido
Operário Revolucionário
da Bolívia**



4 MASSAS
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DIRETIVA PROLETÁRIA
ÓRGÃO BISEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - EDIÇÃO ESPECIAL - 31 DE MARÇO / 01 DE ABRIL DE 2014 - R\$ 3,00

**50 anos da ditadura militar
1964-2014**

**A revolução proletária acabara com
a ditadura de classe da burguesia**

**Construir o Partido
Operário
Revolucionário**



**Por uma Ucrânia Soviética
de operários e camponeses,
unida, livre e independente**

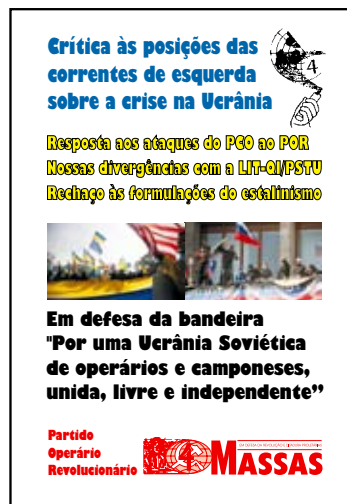
**2ª edição
reformulada**



**Crimeia
anexada
pela Rússia**

**Kiev: a direita
se apoia na
classe média
para submeter
a Ucrânia aos
EUA e Europa**

**Partido
Operário
Revolucionário**



**Crítica às posições das
correntes de esquerda
sobre a crise na Ucrânia**

**Resposta aos ataques do PCO no POR
Nossas divergências com a LIT-CI/PTU
Redação às formulações do estalinismo**



**Em defesa da bandeira
"Por uma Ucrânia Soviética
de operários e camponeses,
unida, livre e independente"**

**Partido
Operário
Revolucionário**



Diante da intransigência de Haddad, os trabalhadores respondem: A greve continua! Fortalecer o acampamento!

Os trabalhadores em Educação do Município de São Paulo, em greve há quase 40 dias, fizeram mais um ato e assembleia massivos, no dia 30 de maio. Houve a negociação com o governo, que modificou apenas dois aspectos em relação às propostas anteriores: parcelamento da incorporação do abono de 15,38% em três anos e o pagamento dos dias parados em folha suplementar. Em outras palavras, somente migalhas, pura enrolação para tentar dividir a categoria e provocar confusão, visando à volta ao trabalho. A resposta do magistério municipal foi a continuidade da greve e a aprovação do acampamento em frente ao gabinete do prefeito.

O movimento tem demonstrado extraordinária capacidade de resistência, com uma greve longa e passeatas gigantescas, suportando a campanha contrária por parte do governo. A proposta de acampamento já estava sendo colocada em prática por alguns professores, que tiveram descontos dos dias parados. A assembleia confirmou a iniciativa desses grevistas. A tarefa colocada é a da defesa do acampamento, ganhando o apoio dos explorados, dos pais e dos estudantes. O problema está em torná-lo massivo, com a incorporação do funcionalismo municipal, que também está paralisado.

A onda de boatos se espalha. Muito se tem falado sobre o comprometimento do ano letivo. A resposta deve ser: o governo que resolva esse problema, sem prejuízo algum aos servidores. Não é hora de aceitar chantagem!

A greve dos municipais faz parte de um conjunto de greves e protestos, que vêm ocupando as ruas e bloqueando avenidas. É fundamental compreender que as greves passivas não atingem os interesses dos capitalistas e dos governantes. Os governos apostam no cansaço do movimento (paralisação longa), na intensa propaganda contra os grevistas, na fragmentação e na divisão interna dos trabalhadores. Para combater essa ofensiva, só há um caminho: unificar os movimentos grevistas, aumentar a coesão da classe e ampliar a ação direta (ocupações e bloqueios).

A Corrente Proletária na Educação/POR tem defendido nas assembleias e em seus boletins as reivindicações que unificam os grevistas, que são o reajuste imediato dos salários e os direitos que estão sendo eliminados. Tem insistido nos métodos da ação direta, objetivando quebrar a passividade da greve, que se manifesta na limitação dos grevistas apenas no comparecimento às assembleias e nas passeatas.

A radicalização do movimento é uma exigência para enfrentar um governo radicalizado em não atender as reivindicações.

Não há como responder a essa situação se não se potencializar o movimento em suas formas de luta. A violência reacionária é do governo e não daqueles que lutam com seus métodos para conquistar o que é necessário para a sobrevivência. Enganam os grevistas que com flores demoverão a ofensiva governamental. Enganam as correntes políticas que se recusam a defender a radicalização da greve, utilizando o argumento de que a classe é conservadora. O melhor momento para quebrar os preconceitos pequeno-burgueses (que estão impregnados nas escolas, etc.) é na greve. Apoiar-se nos preconceitos para rejeitar a ação direta é contribuir para a derrota do movimento.

A vitória da greve dependerá da força dos comandos (piquetes). Não adianta paralisar somente nos dias de assembleia. Esse ziguezague (paralisa para a assembleia e volta ao trabalho

no dia seguinte) é o que dá força para o prefeito continuar pisoteando a greve. E não adianta mais tentar convencer aqueles que resistem à greve. O comando tem de se tornar massivo e ser o porta-voz da assembleia, que aprovou a continuidade da greve. Os piquetes de greve são necessários para cumprir a decisão coletiva das assembleias. O acampamento poderá dar visibilidade à greve por meio das denúncias diárias sobre o sucateamento da educação, mas não poderá substituir os comandos massivos de greve. São eles que garantirão a fortaleza da greve.

A situação favorece a radicalização das greves e a unificação dos diversos setores. Em São Paulo, temos uma greve do funcionalismo municipal, que abarca desde os coveiros até os trabalhadores da saúde. As universidades estaduais USP, UNESP e UNICAMP estão paralisadas. Os servidores das universidades federais também estão em greve. Como se vê, existe uma situação convulsiva, que também envolve os movimentos populares por moraria. Se se levar em conta o restante do país, veremos que há greves de rodoviários, de operários, de professores e de servidores em vários estados. A assembleia dos municipais deve aprovar a participação nas manifestações conjuntas com os sem-teto e a juventude que protesta contra os gastos da Copa. Tem de massificar e fortalecer os movimentos de rua. Os bloqueios e as ocupações são os meios para se chegar à vitória.

A luta é dura, mas é a única forma de combater o arrocho salarial, a precarização do trabalho, a destruição dos direitos trabalhistas. Os trabalhadores do município têm dado o exemplo de disposição de luta. Não é hora de deixar a greve acabar pelo cansaço. A fortaleza da greve está na sua massividade, na unidade e nos métodos da ação direta.



Mobilizar os professores para conquistar as reivindicações

Os trabalhadores de várias categorias têm ganhado as ruas. As greves têm sido constantes. A rede municipal de ensino está paralisada há mais de um mês e os grevistas bloquearam avenidas e realizaram manifestações gigantescas. As greves dos transportes públicos no Rio de Janeiro, São Paulo, Maranhão, Piauí e Salvador ganharam destaque pelo impacto que causa na economia do país. A greve dos professores, funcionários e estudantes das universidades estaduais de São Paulo e de setores do funcionalismo federal se somam ao movimento geral de descontentamento dos explorados. Como se vê, há um ascenso grevista. O que não há é disposição das direções sindicais de unificar as greves em um só movimento.

E a Apeoesp? O que a diretoria tem feito?

O governo, desde o início do ano, demonstrou que não atenderia nenhuma de nossas reivindicações: aumento salarial, diminuição das jornadas e fim da precarização dos contratos da categoria O. Ao contrário, o governo foi à imprensa enaltecer a miséria dos 7% de reajuste que virá apenas em julho e anunciar que seu “concurso” foi o maior da história do Estado. A política do governo, portanto, sempre esteve clara. Sem luta, sem mobilização nas escolas, sem paralisação das aulas não arrancaríamos nenhuma reivindicação nesse primeiro semestre. A direção sindical, por outro lado, não trabalhou pela mobilização, pela ação direta. Ela priorizou as eleições sindicais (que foram antecipadas) e agora busca reerguer a campanha às vésperas do recesso escolar. Esse é o nosso impasse. Mais uma vez colocado pela direção da APEOESP.

É preciso reconhecer que não foi feita uma campanha para derrotar a política da Secretaria Estadual de Educação. Nesses primeiros meses, as assembleias foram esvaziadas e as nossas reivindicações não foram trabalhadas de modo a responder à propaganda do governo Alckmin sobre as “melhorias na rede”. Sem uma direção que impulse a Campanha Salarial, pesa na categoria o medo da perseguição nas escolas e o fantasma da greve de 2013, quando saímos derrotados.

O fato é que admitir os erros da direção e mostrar a situação de penúria nas escolas não é o suficiente. Não há nenhuma perspectiva de melhora nos próximos meses. Verifica-se, na verdade, que os governos estão dispostos a descarregar o peso da crise dos orçamentos nos serviços públicos. Educação e saúde continuarão na mira dos ataques das administrações governamentais.

A situação na rede estadual, que já é a pior em relação a outras redes de ensino, só tende a piorar com o arrocho salarial, com o aumento de trabalho (“fichas” e mais “fichas”, “planos” e mais “planos” a preencher), com a manutenção dos contratos precarizados e agora com o ingresso dos novos efetivos no segundo semestre, que deve, mais uma vez, transformar num caos a vida de professores e alunos.

Por isso, o balanço que fazemos nas escolas não deve servir para justificar nossa passividade. O governo alimenta-se das saídas individuais para continuar descarregando sua política de destruição do ensino público em nossas costas. Apenas os métodos coletivos de luta, apenas a ação direta, a ação nas ruas com a paralisação das escolas, pode colocar contra a parede o governo e arrancar as reivindicações elementares que há anos temos exigido.

Defender o método grevista

Passada as eleições sindicais, a direção da APEOESP chama os professores para uma greve. O indicativo de greve é correto, pois não há outro método a ser defendido para derrotar a truculenta Secretaria de Educação. No entanto, a greve é um movimento coletivo dos trabalhadores. A greve não pode ser usada para a disputa eleitoral (“desgastar a imagem de um governo”). A greve não pode ser apenas um instrumento de denúncia. Deve ser o meio pelo qual os trabalhadores, organizados nas assembleias, em comandos de mobilização e de negociação, levantam suas reivindicações essenciais e lutam até o fim para alcançá-las.

Assim, por exemplo, foi a greve dos garis no Rio de Janeiro. Diante da miséria salarial, os garis se levantaram exigindo um aumento real dos salários. Paralisaram seu trabalho e foram às ruas protestar. Mesmo quando a direção dos garis foi contra a manutenção da greve, os trabalhadores mantiveram sua resolução de preservar as reivindicações e enfrentar o governo. A população carioca entendeu a situação desses trabalhadores e os apoiaram. Resultado: alcançaram as reivindicações, derrotaram o governo e a direção traidora do sindicato. Assim devemos lutar!

Por isso, a greve deve ser aprovada em uma grande assembleia para que os professores assumam a tarefa de erguer as reivindicações e defendê-las até o fim. O método da ação direta, o método coletivo de luta pode vencer qualquer governo. A greve é nossa maior força diante dos ataques da Secretaria de Educação e contra as manobras da direção sindical.

Superar a divisão da classe

Para que o movimento saia vitorioso é preciso que comece atacando a profunda divisão que existe hoje na rede. O abismo que se abriu entre os professores efetivos e estabilizados em relação aos da categoria O deve ser superado. A perseguição aos professores deve ser combatida. O melhor instrumento também é a ação direta e coletiva. Convocar os professores contratados para participar das assembleias, denunciar cada ação das diretorias de ensino deve ser nosso caminho para mobilizar o conjunto da classe.

O que nos unifica é a defesa dos empregos, dos salários e das condições de trabalho. Todos sofrem com a miséria salarial, com o desemprego e o subemprego (aulas em duas, três ou mais escolas), com as estafantes jornadas de trabalho, com

as salas superlotadas, com o assédio moral, com o aumento do trabalho, etc. Buscar as reivindicações gerais e erguê-las é a forma de superar a fragmentação do magistério paulista.

Por isso, central é a defesa do aumento salarial. De um salário que permita aos professores e suas famílias sobreviverem. A direção da APEOESP diz que devemos “chegar” ao salário médio dos profissionais com ensino superior e coloca em um horizonte distante o reajuste de 75%. Nós acreditamos que devemos defender o que é necessário para o professor e sua família sobreviver com dignidade em uma só rede de ensino. Logo, defendemos um SALÁRIO MÍNIMO VITAL, que, em nossos cálculos, deve partir de R\$ 4.200,00. A direção da APEOESP diz que esse valor é que o deveríamos receber, nós afirmamos que esse valor é o necessário para sobreviver dignamente. Daí a importância de levantarmos a defesa do

Salário Mínimo Vital.

Central também é a defesa dos empregos: não é possível conviver com a precarização instituída pela lei 1093 de 2009. Devemos exigir o fim da categoria O e a ESTABILIDADE PARA TODOS OS PROFESSORES que estão na rede. Todos devem ter o emprego e os mesmos direitos. Se a atual política da Secretaria de Educação é fechar salas, períodos, escolas e, com isso, diminuir as aulas, devemos responder com a ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO, isto é, a divisão das aulas entre todos os aptos sem diminuição dos salários.

Defender o aumento real dos salários e o emprego a todos colocará o magistério contra o governo de forma unitária. A greve a partir desses dois eixos poderá ser vitoriosa e barrar os ataques contra o ensino público.

Breve balanço das “Atividades Preparatórias para o Encontro Nacional de Educação no Paraná e em Santa Catarina”

No dia 17 de maio ocorreu um dos encontros “Preparatórias para o Encontro Nacional de Educação no Paraná e em Santa Catarina”. O que deveria ser um debate sobre autonomia e financiamento, no entanto, foi apenas uma ocasião para organizar a militância do movimento estudantil do PSOL. Quanto às “bandeiras” que supostamente a “base” deveria propor, já estão fechadas na convocação do *Encontro Nacional de Educação do Comitê Executivo Nacional da Campanha 10% do PIB para a Educação Pública*, Já! Veja abaixo:

O evento foi organizado, principalmente, pelo ANDES-SN do Paraná e teve a participação de algumas direções estudantis das IES do estado, como DCEs E CAs, aconteceu na cidade de Londrina, com o argumento de interiorizar as discussões e as atividades, porém não teve nenhuma adesão dos estudantes e professores da cidade, não foi divulgado o evento, muito menos se trabalhou em torno da campanha de autonomia universitária – tema do encontro – com a comunidade universitária. O DCE de Londrina controlado pelo Levante, boicotou a atividade.

Cada entidade estudantil (a maioria ligados ao PSOL) compuseram a mesa e deram seus depoimentos sobre a situação de cada universidade. O tom dos informes contudo limitava-se a problemas tão específicos e descolados de qualquer caracterização política que mais parecia um rosário de lamentações. No fim, compuseram uma longa lista de reivindicações e constatações isoladas e pontuais, até mesmo contraditórias umas com as outras, já que essas propostas não passaram pela votação da plenária. Com a lista de reivindicações pronta, deu-se o encerramento das atividades.

O encontro, que deveria organizar o movimento para lutar pela autonomia universitária, serviu apenas para defender a ideia de autonomia financeira como autonomia universitária. A corrente proletária estudantil compareceu ao encontro e levantou o Governo Tripartite submetido à assembleia geral universitária com mandatos revogáveis como única bandeira capaz de alcançar a real autonomia universitária.

No chamamento ao Encontro Nacional de Educação já estão definidos os “eixos” do encontro.

A bandeiras pré-definidas são as seguintes:

InformANDES Especial 2014

Defendem:	
Financiamento da Educação Pública: - 10% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, em educação pública e gratuita, em todos os níveis.	Como se faltasse dinheiro na educação e não falam nada do predomínio do ensino privado. Afirmam que a educação deve ser pública e gratuita mas não defendem a estatização de todo o sistema.
Democratização da educação: Os mecanismos de avaliação deverão ser plenamente democratizados, como condição para evitar a subordinação à lógica do mercado ou ao clientelismo político.	Não dizem como “democratizar” nem quem vai democratizar. Se colocam como ala esquerda da burocracia.
Acesso e Permanência: Uma política de Estado para a educação deve priorizar a criação e manutenção de sistemas e instrumentos que permitam, a estudantes de qualquer nível de ensino, condições de alimentação, transporte, moradia e disponibilidade de material de estudo.	Defendem o assistencialismo
Passe Livre e Transporte Público: O Passe Livre para os estudantes deve fazer parte de uma política coerente de acesso e permanência.	Mas não defendem a estatização do transporte
São contra	
Privatização e mercantilização da Educação	
Precarização das atividades dos trabalhadores da Educação	
Avaliação meritocrática na educação	

Corrente proletária na educação/por apresenta sua proposta de pauta de reivindicação para a luta da categoria

A Corrente Proletária na Educação/Oposição Revolucionária (POR) à direção da Aduern (PT) apresentou à Comissão de Mobilização, eleita na assembléia de 16 de abril, sua proposta de reivindicação para a luta da categoria. Aqui apresentamos as propostas que não foram consensos na Comissão e que a CPE poderá apresentar na assembléia que votará sobre a pauta de reivindicação da categoria:

1. Salário mínimo real de R\$ 4.200,00.

A Corrente Proletária na Educação/POR defende um salário que dá para suprir as necessidades vitais de uma família de 4 pessoas. Nos nossos cálculos, corresponde hoje, a 4200 reais. Estamos dispostos a refletir com as categorias de trabalhadores, sugerindo a defesa de um salário mínimo que possibilite uma família de 4 pessoas suprir suas necessidades vitais e as categorias em uma comissão de base para fazer os seus cálculos.

A maioria da Comissão decidiu por rebaixar a reivindicação da categoria e irá propor na assembléia, que vai definir a pauta de reivindicação da categoria, a luta por uma reposição de 57,53% conforme PCCS. A maioria da Comissão está fazendo os cálculos com base no maior salário da educação básica em 3.800 reais para 40h e dividindo por dois, afirmando que o auxiliar I tem somente 20h. A distância entre os 3800 reais dividido por dois e o salário atual do Auxiliar I 20h, correspondendo a 57%.

A maioria da Comissão, apesar de agregar a sua proposta de 57% que é conforme o PCCS, está mentindo para a categoria. A maioria da Comissão sabe que o artigo 11 do PCCS da categoria diz: “Para a fixação do salário dos professores da UERN, ter-se-á como base o salário do professor auxiliar I, com carga horária de 20 (Vinte) horas semanais, que não poderá ser inferior ao maior salário pago ao professor da rede estadual de ensino de primeiro e segundo graus” (grifos nossos). A CPE/POR chamou a atenção para isso na reunião da Comissão. Mas a maioria pretende desconhecer o que diz o artigo 11, mesmo reivindicando em sua proposta o aumento conforme o PCCS da categoria.

Um membro da Comissão, pertencente ao grupo político dirigente do Andes, afirmou que o maior salário da educação básica é de 4.540 reais. Como a reivindicação do artigo 11 do PCCS da categoria é um salário maior do que o defendido pela CPE/POR, nós vamos defender: **o cumprimento do artigo 11 do PCCS da categoria e o estudo sobre qual é o valor do maior salário da educação básica.**

2. Autonomia universitária. Total financiamento da educação pelo Estado. A comunidade universitária diz quanto precisa. Governo tripartite com voto universal e submetido a assembléia geral universitária.

A proposta apresentada na Comissão de Autonomia Financeira da UERN foi retirada. A proposta de autonomia finan-

ceira é neoliberal, ela está de acordo com a ideia de desobrigar o Estado com a educação. A autonomia universitária só pode ocorrer através do controle da universidade por quem estuda e trabalha. Houve um membro da Comissão que afirmou a autonomia financeira como única forma de “amenizar a situação da universidade”. A CPE não quer amenizar nada, quer resolver o problema do financiamento da UERN.

3. Efetivação dos professores provisórios e técnicos terceirizados.

A luta é contra o desemprego. A CPE/POR é contra a demissão dos técnicos e docentes.

4. DE como regime de trabalho.

5. Acrescentamos a proposta da Comissão: incorporação na pauta de reivindicação dos processos judiciais da categoria: descontos indevidos no 1/3 de férias; extensão a todos da categoria da gratificação de técnico de nível superior e pagamento de 1/3 de férias com base em 45 dias.

Como direitos da categoria, deve ser acrescentada na pauta de reivindicação, rechaçar a judicialização dos direitos trabalhistas, portanto, dos movimentos sociais de trabalhadores.

Defender a integração da categoria as lutas nacionais

No mais recente Congresso do Andes foi deliberado um calendário de atividades.

No dia 28 de maio será o Dia Nacional de Luta das Instituições Estaduais por mais verbas. A direção do Andes ficou incumbida pelos congressistas de organizar no dia 08 de agosto, logo após o congresso de nossa categoria, um Encontro Nacional de Educação para se contrapor ao evento do governo federal do PT/PMDB/PCdoB, CONAE. No dia 20 de agosto é o dia do CONAD, importante nesse momento porque ficou responsável de discutir a possibilidade de condenar mais o congresso do Andes, sem, no entanto, impedir a discussão dos temas. A CSP-Conlutas organizou um encontro no dia 10 de maio denominado Espaço Unidade de Ação, com objetivo de unir todas as correntes políticas, partidos, movimentos sindicais e populares, etc. em torno das manifestações contra a Copa.

A direção da Aduern (PT) cala-se diante desse calendário porque deseja manter os docentes longe das discussões e participação das atividades sindicais mais gerais, despolitizando a categoria. Até a data do dia 28 ela se cala porque tem origem no congresso do Andes, sindicato que o governo federal combate decididamente e que os petistas querem dividir patrocinando o Proifes, instituição sindical governista, portanto, pelega.

A categoria deve exigir a nossa integração nesse calendário de lutas aprovando nossa participação na assembléia geral. A CPE/POR estará presente fortalecendo essa posição.

Bahia

Todo apoio aos protestos e greves de trabalhadores em Salvador

Na última quinzena, várias categorias de trabalhadores fizeram protestos, manifestações, paralisações e greves na Bahia, em particular em Salvador. No dia 15 de maio, houve uma manifestação contra a gastança da Copa do Mundo, chamada de 15M. A manifestação contou com a participação de entidades, correntes e partidos, entre eles o POR. A manifestação saiu da Praça da Piedade, no centro de Salvador com o objetivo de chegar à Arena Fonte Nova. Não conseguiu realizar o trajeto e foi acompanhada todo momento pela Polícia Militar do Governo Jaques Wagner (PT). Apesar de ter reunido basicamente a vanguarda (POR, PSTU, Psol, outros correntes e entidades), mostrou a necessidade de organização, mobilização e luta dos explorados contra a Copa do Mundo da burguesia e da FIFA.

No dia 22 de maio, os trabalhadores rodoviários decidiram em assembleia aprovar indicativo de greve por tempo indeterminado para o dia 27 de maio, passando por cima da direção pelega do Sindicato dos Rodoviários (CUT/CTB). Ocorre que foram realizadas várias rodadas de negociação com os patrões (proprietários das empresas de ônibus e sindicato patronal) e nada foi definido. Ao final da assembleia, os rodoviários fecharam estações na cidade. Os rodoviários também paralisaram as atividades no Rio de Janeiro, São Luís e Florianópolis. Os rodoviários da Bahia reivindicavam: reajuste salarial de 15%, ticket alimentação de R\$ 20 reais, PLR e redução da jornada de 8 para 6 horas. A greve terminou no dia 28/05 com um acordo: reajuste de 9%, ticket de R\$14,

redução da jornada para 7h com 20 min de descanso. Apesar da direção do sindicato negar, há um inconformismo muito grande na categoria, inclusive, com cláusulas do acordo aprovado, o que poderá desencadear novas paralisações.

No dia 28 de maio, os professores, estudantes e técnico-administrativos das Universidades Estaduais da Bahia (UEBA) paralisaram as atividades e fizeram uma manifestação na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) em protesto contra os ataques do Governo Jaques Wagner (PT) e o avanço da desagregação das universidades estaduais. A atividade fez parte do Dia Nacional de Luta em Defesa das Instituições estaduais de Ensino Superior (IEES), chamada pelo Andes-SN. Na Bahia, o movimento reivindica o repasse orçamentário de no mínimo 7% da receita líquida de imposto para as universidades. Uma comissão foi recebida pela Assembleia, representante do governo e da SEC. Mais uma vez, o governo prometeu avançar as negociações, como nas vezes anteriores.

O POR se soma à luta dos trabalhadores por suas reivindicações contra a exploração dos patrões e dos governos. Defende a unificação dos movimentos grevistas para arrancar dos governos e dos patrões as reivindicações. Quanto ao movimento docente, tanto nas estaduais quanto nas federais, precisamos avançar na caracterização da crise da educação, nas reivindicações e no método de luta, sem apostar nas mesas de negociação com o governo, que têm mostrado apenas “enrolação” perante as categorias.

Rondônia

Ato contra a Copa milionária dos capitalistas foi reprimido

Depois de percorrer 18 capitais, no dia 18 chegou a taça da Copa do mundo em Porto Velho. A peregrinação da taça tem o objetivo de arregimentar a população pobre em torno da milionária Copa. Poder ver a taça significava criar um sentimento entre os explorados de festejar os jogos e conseguir a taça para o Brasil. Mas, pelo visto, o governo não conseguiu arrastar o povo pobre para a tal “recepção” da taça. Em Brasília, a manifestação contra os gastos do evento da Fifa, que contou com a presença de indígenas que exigiam a demarcação de suas terras, acabou sendo palco da violência policial. Em Porto Velho, o Tour da Taça homenageou o jogador Rivelino, que compareceu a esse circo rodeado de dois atletas de Rondônia, Marinalva da Costa e Walter dos Santos.

Em Porto Velho, esta festa da burguesia serviu para desviar a atenção dos trabalhadores e da juventude dos efeitos das enchentes causadas pelas hidrelétricas do rio Madeira, que deixou milhares de desabrigados, destruiu distritos inteiros da capital e desorganizou e levou à miséria milhares de famílias. Enquanto isso, o governo esbanja dinheiro com estádios e outras estruturas de luxo para abrigar a Copa

e recepcionar a taça em cada capital.

Enquanto algumas centenas de curiosos se enfileiraram para apreciar a fanfarronada da burguesia, outras centenas de manifestantes protestavam nas ruas contra a Copa milionária.

Os organizadores do Tour da taça não obtiveram êxito. Esperavam 15 mil pessoas e conseguiram apenas algumas centenas. O que mostra que a população pobre está cansada dessas fanfarrônicas.



O protesto contra a Copa, mesmo com o descaso das Centrais sindicais e os sindicatos, contou com os movimentos sociais e correntes políticas, a exemplo do Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR), do Comitê Popular de Lutas em Defesa do Socialismo (CPLDS) e da Corrente Proletária da Educação (CPE). Diante

da manifestação, o governo respondeu com a repressão policial e a prisão de três jovens.

A Corrente Proletária participa dos atos contra a Copa, levantando as reivindicações dos explorados: defesa do emprego a todos, salário mínimo vital, fim das leis repressivas contra os manifestantes e greves.

Balanço do Ato Unificado dos Comitês de Luta contra a repressão de Londrina, Maringá e São Paulo

No dia 29 de abril ocorreu em Londrina o Ato Contra a Repressão e Criminalização dos movimentos sociais: “50 Anos da ditadura que não terminou”. Um ato unitário dos Comitês de Londrina, Maringá e São Paulo, que contou com a participação de aproximadamente 50 pessoas. Uma atividade que expressou o esforço para romper o isolamento, em busca da unidade dos movimentos sociais, única forma de enfrentar as ofensivas do Estado que ainda atua sob a ditadura de classe da burguesia, violentando de forma cada vez mais intensiva os oprimidos.

As intervenções demonstraram que o aumento da opressão do Estado Policial força a constituição dos comitês, como instrumentos de autodefesa das massas, e que para fortificá-los é necessário que se faça uma ampla campanha de propaganda e chamado de unidade no seio dos movimentos. Como o Comitê contra a repressão de Maringá, que diante da violência do Estado na universidade, se constituiu assimilando a experiência de Londrina.

Observou-se de comum nos relatos que a luta contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais é a defesa do direito de organização e métodos de mobilização dos oprimidos, e que apesar de todas as ofensivas dos governos para conter mobilizações na proximidade da Copa, como a lei que enquadra manifestante como terrorista, aumenta o número de protestos.

O Estado intensifica as medidas repressivas diante do levante instintivo dos que têm suas condições de vida pioradas pela crise capitalista, como aumento do custo de vida, falta de saúde, moradia, educação, e transporte. A experiência de junho de 2013 nos deixou duas coisas importantes, que as conquistas são arrancadas quando se tem as massas radicalizadas nas ruas e que se as massas não têm uma organização que as direcionem concluem sendo dirigidas pela burguesia, que passou a ditar para milhares que saíam às ruas o método pacífico, para conter os que estavam dando prejuízo aos capitalistas banqueiros. A primeira foi muito bem assimilada. Como a população das favelas, que nos últimos meses denunciam os assassinatos da juventude pela polícia nas ruas, bloqueando avenidas, queimando pneus e ônibus. Já a segunda experiência ainda não foi superada. Enfrentamos o Estado burguês, organizado e coeso nos métodos de contenção dos que se levantam contra seus interesses. Por isso, é necessário superar a dispersão dos movimentos. A unidade dos oprimidos é a única arma que temos. Que os comitês, como instrumento de autodefesa das massas, impulsionem as bandeiras que unificam os movimentos sociais e se choquem com as medidas repressivas da burguesia e de seu Estado. Que tanto as bandeiras quanto os métodos de ação das massas, sejam decididos coletivamente por elas.

O ato unificado demonstrou que a tendência de aumento da repressão está começando a ser respondida pelos movimentos sociais. Foi dado o informe sobre o Comitê que se constitui na

Bahia e a necessidade de conseguir contato com o Estado do Rio de Janeiro. Os comitês ainda estão organizados em âmbito regional. Foi proposto por São Paulo e reafirmado por Maringá a necessidade de impulsionarmos um Encontro Nacional dos comitês contra a repressão.

Segue manifesto apresentado pelo Comitê de São Paulo:

Manifesto do Comitê Estadual de Luta contra a repressão de São Paulo Ao Ato Contra a Repressão e Criminalização dos movimentos sociais em Londrina-PR

Companheiros, o Comitê de Luta Contra a Repressão de São Paulo saúda este ato, por compreender que se trata de uma manifestação contra a repressão do Estado policial.

Saudamos a resistência dos que são vítimas da polícia. Não bastasse a violência do desemprego, da fome, dos salários de miséria, da ruína das escolas públicas, da ruína de nossa saúde e da falta de socorro médico, o Estado ainda cria o agente da sua violência e nos violenta de maneira mais bárbara, prende e assassina nossos irmãos, nossos companheiros de luta.

Saudamos a denúncia nas ruas. Não é possível ficar calado! Não dá mais para conter a revolta! Marchemos para honrar os que perdemos. Marchemos para denunciar os crimes do Estado. Marchemos contra o Estado policial.

Saudamos os combatentes. Esses são os que não se resignam e não se curvam, mas tomam em suas mãos a tarefa de manter erguidas as bandeiras do movimento e defender o direito à livre organização e manifestação.

A crise econômica aumenta a opressão. Os ataques à vida da maioria oprimida são intensificados, com aumento do custo de vida e aumento do desemprego. O Estado reprime e criminaliza os movimentos sociais que se levantam pelas suas bandeiras e métodos de luta. Protege-se com o aumento e fortalecimento do aparato policial e com legislações mais severas como a lei anti-greve, anti-máscara, anti-terror e lei da copa. São centenas de presos e processados por todo o país.

A defesa dos processados políticos é a defesa do direito de lutar pelas reivindicações. Não podemos ficar dispersos enquanto os governos e burguesia fazem coro para nos atacar.

Os Comitês de Luta contra a Repressão são uma resposta unitária dos oprimidos. Por isso, é importante que saíamos deste ato com a perspectiva de nos articularmos pela construção de um Encontro Nacional dos Comitês de Luta contra Repressão. A criação dos Comitês de Londrina, Maringá e Bahia demonstra um avanço nesta tarefa. Devemos fortificá-los como instrumento de organização política da autodefesa dos movimentos sociais.

- Fim da PM!
- Liberdade imediata de todos os presos políticos!
- Fim de todos os processos à estudantes e trabalhadores!
- Fim do genocídio da população negra, dos trabalhadores do campo e dos indígenas.

Nesta edição:

- Por que é importante a solidariedade com a luta dos professores da Bolívia?
- Por que é um fracasso a Lei Siñani-Pérez?
- Início de uma revolta que pode sepultar a Lei Pachámica
- Sobre as eleições gerais na Colômbia

Artigos das Seções

Comitê de Enlace

pela Reconstrução

da IV Internacional



Por que é importante a solidariedade com a luta dos professores da Bolívia?

É dever de todos os trabalhadores e de suas organizações desenvolverem a solidariedade internacional. Os explorados suportam o peso do capitalismo e de sua decomposição em toda a parte.

No caso da greve de fome dos professores da educação básica da Bolívia, encabeçada por Miguel Lora, dirigente sindical e membro do Partido Operário Revolucionário (POR), há uma razão específica com a qual nos solidarizamos. Trata-se do enfrentamento com a Lei 070, conhecida por Siñani-Pérez, que desfigura o ensino secundário do país.

A greve de fome serviu para denunciar o método de imposição de uma reforma curricular feita no gabinete do Ministério da Educação do governo Evo Morales, avaliada pelos professores como um brutal retrocesso em relação à existente. Uma camarilha governamental resolve mudar a estrutura curricular que somente os professores poderiam decidir.

Sabemos perfeitamente que a escola é uma das instituições do capitalismo e que se encontra integrada ao Estado. Os professores são contratados para serem repetidores e devem ser passivos. No entanto, sofrem as contradições da sociedade de classes e, no seu dia a dia, na escola, com elas se deparam. Rompem a função de repetidores e de agentes passivos quando se organizam coletivamente, levantam as reivindicações e assumem os métodos de luta do proletariado.

O choque com o governo e suas diretrizes para a educação elevam sua consciência política. Colocam-se diante da tarefa de controlar o processo de ensino como agentes ativos.

Os professores da Bolívia carregam rica experiência neste sentido. Não por acaso, são permeáveis à influência da política revolucionária do proletariado, encarnada pelo POR. O marxismo-leninismo-trotskyismo neste país de capitalismo profundamente atrasado alcançou avançada formulação programática sobre a educação. A revista “Homem Novo” (“Hombre Nuevo”) é um instrumento de muito valor para a crítica à escola capitalista e a defesa da escola vinculada à produção social (científica). Não há dúvida de que o enfrentamento do magistério com a Lei Siñani-Pérez expressa o programa revolucionário para a educação desenvolvido pelo POR.

Está mais do que evidente que, se os trabalhadores da educação e os estudantes não avançam para controlar o ensino, a burguesia e seu Estado impõem autoritariamente retrocessos.

Verificamos que no fundo a reforma educacional do país vizinho se assemelha ao que se tem feito no Brasil e outros países latino-ame-

ricanos. Tirando a máscara das particularidades – a da Bolívia é a da Pachamama -, encontramos a orientação do Banco Mundial, portanto, do imperialismo, de criar o professor polivalente, reduzir a carga horária das matérias científicas e direcionar o colegial para a formação técnica.

A resistência do sindicato dos professores e de sua vanguarda, que foi ao extremo de lançar mão da greve de fome, já desferiu um golpe contra a política educacional de Evo Morales que, com seus ares de nacionalismo indígena, não tardou em se ajoelhar diante do imperialismo.

Não há outra via para defender a educação pública – a luta começa contra os retrocessos – a não ser a luta política. Os professores bolivianos estão em franca luta política. Derrubar a Lei 070 significa quebrar a espinha dorsal da política antinacional para a educação.

A greve de fome foi suspensa depois de 17 dias, uma vez que se obteve o objetivo de trazer a população para o movimento. Aqui no Brasil fizemos uma campanha nos sindicatos para que apoiassem os grevistas e exigissem do governo o cumprimento das reivindicações. Em todas as mobilizações divulgamos a greve de fome e as reivindicações por meio dos panfletos e boletins.

É necessário por no alto a bandeira do internacionalismo proletário. A solidariedade política aos movimentos dos explorados é o ponto de partida para o reconhecimento que a luta de classes em um país não é senão a refração da luta de classes mundial contra a burguesia reacionário e o capitalismo decadente. A derrota da Lei antinacional na Bolívia, sem dúvida, reforçará o movimento de outros países.

Viva a luta dos professores bolivianos em defesa da escola científica.

Algumas assinaturas da moção de apoio à luta dos professores na Bolívia:

Sindicato dos Professores Estaduais de São Paulo (Apeoesp)
 Associação dos Professores da PUC-SP (Apropuc)
 Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp)
 Associação de Moradores do Crusp (Amorcrusp)
 Associação dos Docentes da UEL (Aduel)
 Sindicato dos Servidores Públicos de Natal (Sinsinat)
 Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Natal (Sinte-RN)
 Sindas-RN – Sindesind- RN – Sindaguar-RN
 Sindicato Rural Parnamirim - RN

Bolívia – Fracasso da Lei 070

Por que é um fracasso a Lei Siñani-Pérez?

Porque não responde à crise da educação, que consiste em que a atual escola não possibilita o conhecimento da realidade. Esta reforma educacional e as anteriores se afundaram no pântano da educação memorística, repetitiva e, agora, com saberes ancestrais da ch'alla e a K'oa.

Por mais que se faça em matéria de reforma educacional, não se pode superar a crise da educação se não se destruir a propriedade privada dos meios de produção.

Quando a escola fará com que os alunos aprendam e compreendam a realidade?

Os porta-vozes do governo e os corifeus das Confederações de professores dizem que não temos nenhuma proposta. Respondemos-lhes que o caminho para as crianças e jovens conhecerem a realidade será quando unirmos a escola ao processo social da produção (escola na fábrica).

Em que consiste nossa realidade?

A realidade é multifacetária, complexa e problemática. Mas, de todos os problemas, o problema básico e fundamental é como obtermos a alimentação. Para aqueles que pensam que o homem está acima do elementar e é portador de objetivos elevados e espirituais parecerá que o que dizemos é grosseiro e “materialista”. Mas, apesar deles, temos de assinalar que os problemas da humanidade nascem do problema da alimentação.

Como se chega ao conhecimento da realidade?

O homem em busca do alimento começou a conhecer o mundo. A espécie humana é produto da adaptação a seu meio (natural e social). Pisando no solo, tornou-se ereto e liberou suas duas mãos, que lhe permitiram construir ferramentas para conseguir e melhorar sua alimentação. Agrupou-se para lutar contra a inclemência da natureza e começou a transformar seu meio, buscando sempre satisfazer suas necessidades elementares. Esta preocupação fundamental lhe permitiu aperfeiçoar seus instrumentos de trabalho, sua técnica e, finalmente, criar ciência e cultura.

A escola está de costas para a realidade?

Sim, a escola está de costas para a realidade, porque não responde a ela. A realidade está em constante transformação e plena de atividade (social e produtiva). A escola está congelada. Não une a teoria com a prática. Não se aprende teoria para aplicá-la ao trabalho, sendo que, ao contrário, apreendemos com as mãos para assim elevarmos à teoria, para nos elevarmos ainda mais do concreto multifacetário (prática melhorada e criativa). Este processo somente se conseguirá derrubando as paredes da escola para participar do processo social produtivo.

Bolívia

Início de uma revolta que pode sepultar a Lei Pachámica

Na situação de grande descontentamento social, devido ao aumento da miséria geral e, em particular, dos professores, e dos graves problemas como consequência da aplicação da reforma curricular, imposta pelo Ministério da Educação, conhecida como Lei 070 (Siñani-Pérez), eclodiu uma greve de fome, encabeçada pelos professores Miguel Lora e Harry Nondaca, objetivando desencadear uma mobilização do magistério e incorporar na mesma os pais e estudantes

E o bacharelado técnico-humanístico?

Há muito tempo, os pedagogos reconheceram e criticaram a escola memorística e repetitiva, por isso propuseram reformas para sanar o problema, com a escola ativa, escola para a vida, escola de produção, etc. Quantos projetos não se realizaram desde a Escola Ayllu de Warisata até a Escola padaria João XXIII e Floresta de Tikipaya, sendo que todos irremediavelmente fracassaram?

E por que teríamos de pensar que o projeto de reforma educacional não teria o mesmo destino?

O Bacharelado técnico-humanístico padece do mesmo defeito que os anteriores: o isolamento. Oficinas de carpintaria ou de eletricidade à margem do processo social da produção não podem levar o estudante a conhecer a realidade. O máximo que se poderá conseguir é mão-de-obra qualificada para a exploração capitalista. Evidentemente, para isso é preciso que se consiga implementar um custoso projeto, o que duvidamos. O Ministro disse que para este ano não será implantado nas cidades.

Qual é o centro do problema?

A solução não está em unir o humanístico com a oficina na escola. A solução está em unir a escola à fábrica, à agroindústria, à mineração, aos hidrocarbonetos, etc., que é onde se transforma a natureza para atender as necessidades da humanidade. O trabalho produtivo se aprende com as mãos, se manipula matéria-prima, elementos físico-químicos e biológicos, para que, com a ajuda da teoria contida nos livros, se elevem à compreensão mais avançada da natureza. Ampliar-se-ão os horizontes da criança e do jovem, que apreenderão a responsabilidade e a solidariedade. Haverá complementariedade e reciprocidade, os mais adiantados elevarão os mais atrasados até que se equiparem.

Mudanças curriculares e novas avaliações levarão a algum lugar?

A nenhum lugar. Não melhorarão a qualidade da educação. As dimensões do saber e do fazer continuam sendo repetitivas e mecânicas. Os valores (o ser) não se ensinam na aula; estes são reflexos da vida. Em um mundo concorrencial e cruel do capitalismo, onde não há oportunidades para todos, nem sequer para conseguir trabalho, a pessoa tem de pisar em seu próximo para entrar na empresa. Que tipo de valor se aprende? Diante de tudo isso, o que dizer (é a outra dimensão). A realidade é mais forte que o que se pode aprender de seus professores. O que decide é a alimentação, mesmo quando contrarie o que diz a moral convencional.

Por isso, a Lei 070 antecipadamente fracassará.

(Extraído do *Jornal Massas*, nº 2357, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

que o governo pretende formar técnicos médios sem nenhuma possibilidade de alcançar a educação superior, uma vez que se abre uma fenda entre o ensino médio e a universidade, que será cada vez maior.

As denúncias rapidamente sensibilizam os pais e os estudantes secundaristas, que se somam espontaneamente às mobilizações do magistério. Nas ruas de Cochabamba foram prontamente ocupadas por multitudinárias mobilizações, pondo em cheque o Ministério da Educação e suas autoridades regionais. Os mecanismos de repressão orientados pelo Ministério da Educação, tais como a proibição de reuniões sindicais nas escolas, a ameaça de severas punições para quem incitar a mobilização dos pais e alunos, os descontos e processos contra aqueles que paralisarem as aulas etc., perdem sua efetividade na medida em que as manifestações se massificam.

Naturalmente, se estabelece um debate por meio da imprensa entre o magistério mobilizado e o Ministério da Educação, quando este procura desvirtuar com falácias e insultos as denúncias contra as consequências da aplicação da nova grade curricular. O Ministro e suas autoridades se mostram de corpo inteiro porque não têm nenhuma sustentação teórica verdadeira para justificar a aplicação de sua caótica reforma educacional.

Diante da massiva assembleia geral e da decisão de constituir o piquete da greve de fome, depois de 15 dias de sua instalação, a Federação fez o seguinte balanço dos fatos até o momento e assinalou quais devem ser as perspectivas da mobilização:

- 1) Uma das conquistas mais importantes da mobilização é levar a discussão a amplos setores da população, incluindo os pais e os

estudantes. Agora, se discute o problema educacional nas ruas e mercados e ninguém põe em dúvida que a reforma educacional do governo é anticientífica e retrógrada;

- 2) Obrigou o Ministério da Educação a retroceder em sua tentativa de impor, usando a violência, a reforma curricular e a carga horária quando torna público um comunicado contraditório no qual assinala que a Lei 070, a grade curricular e o regulamento de avaliação estão vigentes e, no entanto, no ponto 3 do comunicado assinala que, nas unidades em que permanecem situações conflitantes, está suspensa a aplicação da grade curricular, valendo a de 2013;
- 3) O balanço explica que a mobilização alcançou vitalidade por ter incorporado os pais e os estudantes. Encontra-se em pleno crescimento. É preciso assinalar que a derrota do governo ocorrerá quando cair por terra o conteúdo anticientífico da reforma do MAS. Assinala que o próximo objetivo deve se dirigir a reverter todas as otimizações de itens (fusão de classes com menos de 40 alunos, transferência de alunos de uma escola para outra, fechamento de unidades escolares, etc.) Generalizar a bandeira de que o custo deve valer para 20 e 25 alunos, no máximo, de maneira a criar boas condições pedagógicas para o desenvolvimento curricular;
- 4) Finalmente, indicou que os ritmos de incorporação nas diferentes regiões tem sido desigual. Os setores que tardaram em articular as mobilizações com os pais e estudantes impedem que a vitória do movimento seja mais contundente e atinja projeções mais amplas.

(Extraído do *Jornal Massas*, nº 2356,

órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia).

Sobre as eleições gerais na Colômbia

Juan Manuel Santos e Oscar Zuluaga (afilhado político do ex-presidente Álvaro Uribe) disputarão o segundo turno das eleições, em 15 de junho. O candidato de Uribe conseguiu 29,27% dos votos, o suficiente para lhe dar a vitória em primeiro turno (mas a lei exige 50% mais um dos votos). Santos obteve 25,63%, quatro pontos abaixo de Zuluaga. A terceira foi Marta Lucia Ramírez, do Partido Conservador (PC), com 15,54%. Depois vieram Clara López, do Pólo Democrático Alternativo (PDA), com 15,23% e, Enrique Peñalosa, da Aliança Verde (AV), com 8,29%.

A vitória inicial do uribismo pode ser entendida como uma virada à direita e indica uma rejeição à via de negociação com as guerrilhas impulsionadas por Santos, carro chefe da sua campanha: entregar como presidente reeleito a “paz” aos colombianos, após quatro décadas de guerra civil. O mais surpreendente foi que o direitista Zuluaga capitalizou a seu favor o processo de “paz” iniciado por Santos, o que mostra, em parte, que uma importante fração da burguesia e pequena burguesia se opõe à via de um acordo com as guerrilhas. E isto quando as *Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia* (FARC) e o *Exército de Libertação Nacional* (ELN) assinaram um cessar fogo por oito dias, realizando um “gesto” de boa vontade para que “o clima político eleitoral se caracterize pela maior ausência de perturbações”.

A direita e sua consigna “paz sem impunidade” (isto é, “paz” mediante a capitulação da guerrilha e o encarceramento de seus quadros) concentraram as aspirações de um setor da classe média, que se expandiu durante o período de crescimento econômico e ampliação setorial do consumo. Para este setor, o acordo com a FARC e o ELN aparece como uma virada à esquerda do santismo. Apesar da falsidade dessa imagem, as camadas médias urbanas associam a guerrilha ao fantasma da revolução, que ameaçaria o bem estar alcançado. Seu apoio à reação burguesa tem como substrato ideológico a defesa da camarilha à qual

associam esse bem estar. Embora para Santos a trégua constituiria uma grande cartada eleitoral e consolidar apoios pela “esquerda” contra o uribismo, na prática, se chocou contra o freio da classe média urbana, que com outras camadas sociais são uma força eleitoral.

Mas esta apreciação parcial obscurece um aspecto fundamental: aproximadamente 60% dos eleitores habilitados não votaram - índice mais alto dos últimos 20 anos. O voto branco chegou a 6%. Diante do alto abstencionismo e da ameaça uribista, não será estranho ver os partidos reformistas e estalinistas chamarem a votar em Santos, para derrotar a “reação uribista” e a votar pelo “mal menor”. O êxito desta manobra entre as camadas da pequena burguesia e da classe operária pode modificar o resultado. A gravidade da situação está em que o proletariado não conta com um partido revolucionário que possa combater as variantes de poder da burguesia colombiana, desenvolver suas reivindicações e avançar sua organização independente sob a estratégia da revolução proletária.

Os apoios políticos e alianças eleitorais

O cenário político imediato será ocupado pelas intensas negociações com vistas a fechar alianças eleitorais para o segundo turno. Esta lógica de “compra e venda” de apoios eleitorais é ditada pelos interesses das frações políticas que controlam os mecanismos do Estado burguês e dentro do qual se reproduzem as condições de sua existência como casta. Quanto aos chefes dos partidos pequeno burgueses, eles têm a ofertar sua maior ou menor ascendência sobre as massas, o que seria a “moeda de troca” para consumir seus objetivos de conquistar espaços dentro do aparelho do Estado.

Na base de todas estas manobras se movimentam, fundamentalmente, as frações pequeno-burguesas e camadas da aristocracia operária. Essas camadas sociais são profundamente refratárias às convul-

sões sociais que comprometem sua insegura existência baseada no parasitismo de lucros capitalistas e benesses do Estado.

As negociações já começaram. Os pretensos programas enunciados na campanha foram deixados de lado. Santos faz suas apostas inclinando-se para a “esquerda” reformista. O primeiro passo foi “pacificar” sua relação com o ex-guerrilheiro (ELN) Gustavo Petro, prefeito de Bogotá, acusado de “*violar as leis do mercado*”, quando tentou impor novas normas na coleta de lixo, ameaçando revisar os contratos aprovados pelos uribistas e santistas. Petro foi destituído pela justiça a pedido de Santos. Quando esta manobra mostrou que fecharia o caminho para Santos conquistar um bom número de votantes da pequena burguesia opositora ao uribismo e que apoia Petro, este realizou uma virada e o reconduziu ao cargo. Santos pretendia, dessa forma, conquistar o apoio de um eleitorado “progressista”, garantindo a Petro que não seria sitiado politicamente.

A esta aliança, seguiram-se outras. Antanas Mockus, ex dirigente do Partido Verde, confirmou que apoiará Santos para “*fechar o caminho à direita*”. O mesmo fará, certamente, Clara López do PDA, enquanto a direita se fortalecerá Zuluaga. Distintamente das alianças traçadas por Santos, as da direita são mais sólidas. Tratam-se de setores contrários a um acordo com a guerrilha, a qual se pretende esmagar militarmente, encarcerar seus quadros como criminosos e impedir-lhes de se transformarem em força legal. Nesse campo, se colocariam um setor do Partido Conservador, sobrevivente do bipartidarismo que dominou a política colombiana por décadas junto ao Partido Liberal, hoje dissolvido e fracionado em santistas e uribistas.

Como se vê, as alianças e cisões partidárias refletem um processo de decomposição dos partidos burgueses e pequeno burgueses. Na medida em que estes se opõem aos interesses mais sentidos das massas e não conseguem refletir sequer demagogicamente suas aspirações, tornaram-se simples legendas eleitorais controladas pelas camarilhas políticas e postas à venda pelo melhor preço. Isto explica por que, do mesmo modo que os monopólios esmagaram a livre concorrência submetendo ao seu domínio a pequena e média propriedade privadas, na política burguesa, as frações que monopolizam os mecanismos do Estado burguês subordinam às frações políticas da pequena burguesia reformista. O problema para o santismo e o uribismo é que são estas frações pequeno burguesas as que decidirão o pleito em 15 de junho.

Ausência da política e do programa do proletariado

Embora fossem cinco candidatos, todos eles, assim como seus partidos e frentes de apoio, se colocaram por sustentar o regime burguês semicolonial. Suas maiores diferenças se resumem no grau em que prometem reformar o aparelho estatal oligárquico, avançar em sua “democratização” política e nas “reformas sociais”. O fato é que ao se apoiarem na grande propriedade privada capitalista, nenhuma dessas forças poderá fazer qualquer reforma.

Os três primeiros correspondem às divisões inter burguesas que coincidem sobre a necessidade de ampliar a desnacionalização, a opressão imperialista e o saque das massas exploradas. Divergem, no entanto, quanto ao ritmo e método. A principal diferença principal é quanto ao método a ser empregado diante da guerrilha. Enquanto alguns promovem o processo de “paz” (Santos), sob o argumento de “pacificar” o campo e criar condições para a penetração da agroindústria em grande escala, outros defendem o enfrentamento militar (Zuluaga e Ramírez). Estes últimos se associam aos latifundiários e a uma parcela da burguesia narcotraficante, que veem nas guerrilhas

um apoio dos camponeses sem terra e aos colonos que ocupam terras produtivas. Dessa forma, tanto no processo de “paz” quanto no enfrentamento armado, se materializam duas táticas que indistintamente estão a serviço dos interesses gerais da burguesia.

O PDA e AV são expressões políticas da pequena burguesia que defende a democratização do capitalismo, as reformas, limitação dos lucros dos monopólios, etc. Nas eleições, expressam os dois polos em que se debate a pequena burguesia quando o proletariado e seu partido estão ausentes fisicamente no cenário político. Enquanto a AV se inclina para as combinações parlamentares e para os métodos pacifistas, o PDA se alimenta dos setores pequeno-burgueses mais radicalizados (estudantes, camponeses, simpatizantes da guerrilha, etc.), e também da intelectualidade e frações da burocracia sindical. Em resumo, PDA e AV manifestam política e ideologicamente as cisões à esquerda e à direita das camadas da pequena burguesia e da aristocracia operária.

Por outro lado, a esquerda de origem marxista se dividiu entre o “voto branco” (a exemplo do Partido Socialista dos Trabalhadores PST, seção da LIT) e “não votar” (a exemplo da União Operária Comunista UOC, maoísta). O voto branco do PST serviria, supostamente, para abrir “*um espaço de diálogo e agitação*” com quem “*adotou a decisão de impulsionar o voto branco*” e impulsionar essa “*alternativa eleitoral como mecanismo válido para aprofundar a crise do regime*”. Para a UOC, “não votar” serve para denunciar a farsa eleitoral na qual “*se unem os democratas pequeno-burgueses (Polo, Marcha Patriótica, IP, etc.) [...] para proteger ‘mais honradamente’ os negócios dos exploradores [...] com a roupagem do Estado Social de Direito*”. E que o único caminho é o “*de vincular a luta imediata atual [...] com a luta política revolucionária contra todo o poder do capital*”.

A posição do PST e da UOC, apesar de se distinguirem pelo chamado ao voto branco e ao boicote, foram corretas. Estiveram no campo da independência de classe dos explorados. O problema está em que não se apresentaram com um programa de defesa da revolução e ditadura do proletariado. Não poderiam fazer porque este não é o programa de nenhum deles.

As massas recorrerão à luta de classes

Após a enorme greve agrária e popular que paralisou grande parte do país, o predomínio dos métodos eleitorais indica que a luta de classes não amadureceu suficientemente para aprofundar a crise política. Entretanto, esta perspectiva se apresenta de forma espontânea quando grande parte das massas dá as costas às eleições votando em branco ou se abstendo de votar. De um lado, estes fatos mostram a desconfiança das massas nas instituições burguesas, de outro, revelam a ausência da direção revolucionária, o que impossibilita transformar o instinto opositor e a ação coletiva das massas em consciência política.

Fatores externos (aumento da opressão nacional e ajustes contra os explorados) e internos (crise política, novo ascenso das massas, etc.) impedirão que as promessas eleitorais embriaguem por muito tempo as massas. A crise econômica as empurrará novamente para ação direta. Em abril, as massas tomaram as ruas e estradas para impor suas reivindicações, exercendo sua soberania. É também fato que as greves setoriais tendem rapidamente a se generalizar. Esse processo constitui um fenômeno político que indica uma nova etapa na luta de classes no país. Sem dúvida, as massas voltarão a manifestar toda sua força social. O que obriga a vanguarda a organizar-se em partido marxista-leninista-trotskista para projetá-las na perspectiva da revolução proletária.